



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**13ª Vara Federal de Curitiba**

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -  
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

**AÇÃO PENAL Nº 5054932-88.2016.4.04.7000/PR**

**AUTOR:** PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉU:** ROGERIO SANTOS DE ARAUJO

**RÉU:** JOAO VACCARI NETO

**RÉU:** ANTONIO PALOCCI FILHO

**RÉU:** MARCELO BAHIA ODEBRECHT

**RÉU:** EDUARDO COSTA VAZ MUSA

**RÉU:** MONICA REGINA CUNHA MOURA

**RÉU:** HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO

**RÉU:** RENATO DE SOUZA DUQUE

**RÉU:** JOAO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

**RÉU:** LUIZ EDUARDO DA ROCHA SOARES

**RÉU:** BRANISLAV KONTIC

**RÉU:** MARCELO RODRIGUES

**RÉU:** FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA

**RÉU:** OLIVIO RODRIGUES JUNIOR

**RÉU:** JOAO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ

**TERMO**

**DE TRANSCRIÇÃO DE DEPOIMENTO**

Em 04.05.2017, em cumprimento aos termos do Provimento nº 17/2013 da Egrégia Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região, procedo à transcrição do depoimento do interrogado, colhido na Ação Penal Nº 5054932-88.2016.404.7000, em audiência realizada em 20.04.2017, às 10h00.

**ANTÔNIO PALOCCI FILHO – PARTE 1**

**Defesa:-** Excelência, poderia esse interrogatório ser realizado sem a imagem?

**Juiz Federal:-** Doutor, eu tenho reservado esse benefício apenas aqueles que têm feito acordo de colaboração, senão não tem uma base legal, certo?

**Defesa:-** Ok.

**Juiz Federal:-** Bem, então nessa ação penal 505493238, depoimento do senhor Antônio Pallocci Filho. Senhor Pallocci, o senhor está sendo acusado de um crime pelo Ministério Público Federal, na condição de acusado, pela nossa lei, o senhor tem o direito de permanecer em silêncio, se o senhor fizer uso desse direito também pela nossa lei isso não lhe traz nenhum prejuízo, mas essa é a oportunidade também que o senhor tem de falar no processo, tudo que o senhor falar vai ser considerado para o julgamento. O senhor prefere falar ou o senhor prefere ficar em silêncio?

**Antônio Palocci Filho:-** Prefiro falar, vossa excelência, o que for perguntado e se vossa excelência permitir eu gostaria de antes de responder as questões fazer uma breve contextualização dos episódios, se o senhor permitir.

**Juiz Federal:-** Na verdade, em geral eu faço algumas perguntas e ao final eu dou espaço para o senhor fazer qualquer declaração como o senhor preferir, então se o senhor não se importar eu preferia deixar para o final, é porque tem algumas questões que talvez acabem ficando prejudicadas pelas minhas perguntas, do ministério público e dos demais defensores, mas ao final, o senhor pode ficar tranquilo, que eu lhe dou um espaço para fazer qualquer declaração ou qualquer contextualização ou manifestação de defesa, certo?

**Antônio Palocci Filho:-** Tá bom.

**Juiz Federal:-** Senhor Palocci, embora sua carreira política seja relativamente notória, só pra esclarecer gostaria que o senhor me relatasse a partir de 2002 a sua atividade política.

**Antônio Palocci Filho:-** Em 2002 eu fui, eu deixei a prefeitura de Ribeirão Preto, para a qual tinha sido eleito no ano 2000, então fui prefeito pela segunda vez em 2001. Em 2002, com a vitória do presidente Lula para a presidência da república, ele pediu que eu fosse para Brasília para ocupar o ministério da fazenda, então deixei a prefeitura e fui para o ministério da fazenda, onde fiquei até março de 2006. Em 2006 fui candidato a Deputado Federal, fui eleito Deputado Federal até dezembro de 2010, nesse ano eu decidi não mais ser candidato, estava encerrando as minhas atividades políticas, e a presidente Dilma me convidou para participar da sua campanha, então eu participei da campanha dela, me comprometi com ela de ficar 1 ano, 1 ano e pouco em seu governo, e participei no fim 6 meses do seu governo, em junho de 2011 eu deixei o governo da presidente Dilma, depois disso não tive nenhuma atividade política, mas apenas atividades privadas de consultoria econômica e financeira e assessoria empresarial.

**Juiz Federal:-** Perfeito. O senhor participou da campanha, a primeira campanha presidencial do presidente Lula?

**Antônio Palocci Filho:-** De 90 e...

**Juiz Federal:-** Não, não, desculpe, essa que ele foi eleito.

**Antônio Palocci Filho:-** Que ele foi eleito?

**Juiz Federal:-** Isso.

**Antônio Palocci Filho:-** Eu participei, participei.

**Juiz Federal:-** E qual era a sua função nessa campanha?

**Antônio Palocci Filho:-** Minha função, na época o programa de governo do presidente Lula era coordenado pelo prefeito Celso Daniel, que era prefeito de Santo André, e ele foi assassinado naquela oportunidade antes do início da campanha, então eu era o prefeito de Ribeirão Preto na época, o Lula queria muito alguém com experiência administrativa para dirigir o programa de governo dele, o prefeito Celso Daniel fazia esse trabalho, programa de governo, quando ele faleceu, o presidente me chamou para que eu ocupasse essa posição de coordenador do programa de governo da coligação do presidente Lula.

**Juiz Federal:-** O senhor também participava da parte de arrecadação de recursos de campanha?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, não, nesse ano não, não tinha nenhuma responsabilidade nessa área de arrecadação e recursos.

**Juiz Federal:-** E na campanha de 2006, o senhor participou?

**Antônio Palocci Filho:-** Na campanha de 2006 eu era candidato também, aí, diferente da campanha de 2002, eu não participei da estrutura da campanha em nenhuma função, nem programa de governo, nem... Foi a campanha talvez que eu menos tenha participado porque havia como norma se uma pessoa vai sair candidato ele não deve participar da estrutura de uma campanha, porque há conflito de agendas, conflito de posicionamentos, então normalmente quem são candidatos não participam da coordenação integral de campanha, então em 2002 eu não era candidato, participei integralmente, em 2006 eu era candidato, participei muito pouco, quase nada praticamente, para o senhor ter uma ideia...

**Juiz Federal:-** Presidencial?

**Antônio Palocci Filho:-** Da campanha presidencial, eu fiz a minha campanha.

**Juiz Federal:-** Sim, perfeito.

**Antônio Palocci Filho:-** Eu não fui a nenhum comício da campanha presidencial, por exemplo, em 2006, em 2010 voltei a participar intensamente da campanha na coordenação.

**Juiz Federal:-** Na campanha de 2006, só pra deixar claro, parece que está implícito, mas o senhor participou de arrecadação para a campanha presidencial?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, o que aconteceu, e isso aconteceu em 2006, acredito que não em 2002, foi que os tesoureiros do partido ou da campanha às vezes pediam pra que eu falasse com empresário que estava contribuindo, que

eles estavam com necessidades, que seria importante se eu pudesse reforçar com um ou outro empresário a necessidade de uma participação maior e tal, então devo ter feito isso sim em 2006 com duas ou três empresas a pedido dos tesoureiros, mas, assim, nunca tive acompanhamento da questão financeira, como eu disse em 2006 não tive acompanhamento de nenhuma área na verdade, fiz eventuais atividades da campanha, mas bastante afastado da coordenação dela, diferente de 2002 e 2010.

**Juiz Federal:-** Em 2010 o senhor participou da campanha presidencial?

**Antônio Palocci Filho:-** Sim.

**Juiz Federal:-** E o senhor fazia o que, qual era a sua função?

**Antônio Palocci Filho:-** A minha função era principalmente orientação e coordenação da área de programa econômico, havia sido Ministro da Fazenda, então a questão econômica era central na campanha, como em todas as campanhas presidenciais, então eu trabalhava fundamentalmente a discussão do histórico da saída da crise de 2001 e 2002, principalmente do que seria o mundo e o Brasil depois da grande crise de 2008, a chamada Crise do Subprime americana, que atingiu o mundo todo, então havia toda uma discussão central na campanha de 2010, se os países emergentes conseguiriam escapar daquela grande depressão ou não, então essa foi a questão central da minha participação na campanha de 2010.

**Juiz Federal:-** O senhor participou da parte arrecadatória na campanha de 2010?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu não fazia parte, não era tesoureiro, não fazia parte da arrecadação, não acompanhava esse tema, e tinha um comitê, além do tesoureiro da campanha e do tesoureiro do partido, que trabalhavam em funções similares, mas com suas particularidades, existia também aquele comitê financeiro oficial que a lei determina, nenhum nem outro, nem outro, em nenhuma das três situações eu figurava, e de novo, em 2010, em algumas oportunidades, os tesoureiros da campanha pediam para que eu reforçasse com empresário ou outro uma solicitação de apoio mais ampla por causa de emergências e dificuldades de campanha, então isso eu cheguei a fazer pouquíssimas vezes na verdade, até porque a campanha, a minha atividade na campanha consumia quase integralmente o meu tempo.

**Juiz Federal:-** Quem era o tesoureiro ou o responsável pela parte financeira da campanha de 2010?

**Antônio Palocci Filho:-** De 2010 era o senhor José de Felipe Júnior, ele era tesoureiro da campanha eleitoral, ele foi prefeito de Diadema, na oportunidade ele era, ele tinha sido já Deputado Federal.

**Juiz Federal:-** Em 2010?

**Antônio Palocci Filho:-** Em 2010, ele foi responsável pela arrecadação da campanha, foi o tesoureiro da campanha.

**Juiz Federal:-** E o senhor João Vaccari tinha algum papel nessa campanha?

**Antônio Palocci Filho:-** O João Vaccari era tesoureiro do partido, então o João Vaccari ele era... Uma coisa é a campanha presidencial, seu tesoureiro se ocupa exclusivamente da candidatura presidencial, o tesoureiro do partido se preocupava, como era uma eleição pra deputados, governadores, senadores, ele tem que se ocupar da campanha nacional, de 27 governadores, senadores, e portanto tem uma atuação um pouco diferenciada do tesoureiro da campanha presidencial, porque da campanha presidencial é exclusivo.

**Juiz Federal:-** Perfeito. Nesse período em que o senhor foi Ministro da Fazenda, depois o senhor teve esse mandato de Deputado Federal e depois o senhor teve esse cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, é isso, né?

**Antônio Palocci Filho:-** Aham (sim).

**Juiz Federal:-** E também exerceu paralelamente alguma atividade de cunho privado?

**Antônio Palocci Filho:-** Nos períodos em que eu fui ministro nenhuma, no período em que eu deputado eu constituí uma consultoria econômica financeira e assessoria empresarial.

**Juiz Federal:-** Qual era o nome dessa empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Ela chama Projeto, a empresa.

**Juiz Federal:-** O senhor era o proprietário?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu era o principal acionista, não era o único, mas era o acionista principal.

**Juiz Federal:-** Quem eram os demais?

**Antônio Palocci Filho:-** Os demais eram dois economistas.

**Juiz Federal:-** E qual era a atividade dessa empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** A atividade dessa empresa era principalmente uma empresa onde oferecia a empresas cenários econômicos e perspectivas da política econômica do Brasil, era essencialmente essa questão que essa empresa desenvolvia, evidentemente eu desenvolvi na minha vida política algumas capacidades, outras não, embora minha formação tenha sido medicina, mas acabei desenvolvendo capacidades mais em outra área, na área econômica, isso me permitia ser ouvido e ser procurado de maneira bastante frequente por muitos empresários, para o senhor ter uma ideia, por exemplo, na atividade política de Ministro da Fazenda, eu deixei o governo depois de 3 anos e meio com uma boa dívida pessoal, e depois da quarentena que era obrigado a fazer eu fiz em 2 vezes 20 palestras, e recebi nessas 20 palestras mais do que eu tinha ganho em 3 anos e meio como ministro, então eu vi que ali eu podia fazer uma atividade legítima, legal, não era contraditória pela constituição com o cargo de Deputado

Federal, e eu exerci essa função, nunca dei nenhuma consultoria para órgão público, cheguei a fazer a convite de órgãos públicos uma ou outra palestra em órgão público pelas quais não cobrei.

**Juiz Federal:-** Essa atividade da sua empresa, então, pelo que eu entendi, eram estudos, consultas ou palestras?

**Antônio Palocci Filho:-** Uma coisa ou outra, ou consultas, ou estudos ou palestras, por exemplo...

**Juiz Federal:-** Também fazia intermediação...

**Antônio Palocci Filho:-** De negócios?

**Juiz Federal:-** De negócios com o poder público?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, com o poder público nunca, eu até muitas vezes fui procurado para isso, confesso que fui procurado e dizia para as pessoas que era uma coisa que eu não poderia fazer quando era deputado, depois que eu deixei de ser deputado eu voltei a atuar na empresa, eu poderia fazer, mas mesmo assim eu dizia para os clientes que eu não faria intermediação junto a órgãos públicos por achar que não era adequado, por ter sido ministro.

**Juiz Federal:-** Essa atividade privada do senhor, o senhor desenvolveu somente através dessa empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Só através da empresa, nos primeiros meses que eu desenvolvi eu não tinha a empresa, então eu fiz como autônomo.

**Juiz Federal:-** Chegou a constituir, por exemplo, alguma outra empresa ou só essa empresa que o senhor mencionou?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, não, só tenho essa empresa, só tenho essa mesmo.

**Juiz Federal:-** E o senhor chegou a ter outra fonte de renda fora os rendimentos da empresa e o salário de deputado nessa época?

**Antônio Palocci Filho:-** Deixa eu voltar, só um ponto...

**Juiz Federal:-** Ah, perfeito.

**Antônio Palocci Filho:-** Quando eu fui pela segunda vez ao ministério, o senhor vai ver, pela documentação pode parecer que eu mudei de empresa, ou passo a ser sócio de outra empresa, acontece que quando eu fui convidado para ser Ministro da Casa Civil eu procurei a comissão de ética da presidência da república e expus a situação, falei “Olha, eu tenho uma empresa, está aqui”, levei os documentos e pedi uma orientação sobre o que fazer, e disse que eu não queria fazer nenhuma atividade durante a minha atividade como ministro, que aí era incompatível, não era como deputado, mas seria como ministro, a comissão me orientou a mudar a razão social da minha empresa, transformar ela numa administradora dos bens dela e fazer um contrato de administração de recursos com o banco aonde eu tinha conta, de forma que a partir

do momento em que eu assumi um cargo no governo já da presidente Dilma, eu não mais tive qualquer atividade na empresa, nem movimetei qualquer recurso da empresa em relação à aplicações financeiras, etc., fiz um contrato de trustee com um banco para que ele administrasse esse recurso, segundo a orientação da comissão de ética da presidência da república.

**Juiz Federal:-** Perfeito.

**Antônio Palocci Filho:-** Desculpa, eu perdi a sua pergunta.

**Juiz Federal:-** É, eu vou voltando a ela sim, no período em que o senhor foi deputado, o senhor mencionou que tem essa empresa, teve essas atividades, a minha indagação é se o senhor tinha alguma outra fonte de renda fora os vencimentos de deputado e os rendimentos que o senhor recebia na empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, assim, eu escrevi um livro, tive renda desse livro, nada... Outra atividade permanente, prestei consultoria de curtíssimo prazo para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que foi uma consultoria internacional, mas aí foi pela empresa, eu recebi pela empresa, não teve, não teve... Não, não, não sei, não, desculpe, não recebi pela empresa, recebi como...

**Juiz Federal:-** Nada muito significativo?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, não, nenhuma atividade significativa, nem permanente, além da empresa e das atividades públicas.

**Juiz Federal:-** Depois de 2011, que o senhor deixou o governo como ministro...

**Antônio Palocci Filho:-** De novo eu perguntei à comissão de ética se eu, era diferente, eu não estava numa área econômica, mas perguntei à comissão de ética se deveria observar a quarentena, eles disseram que sim, então deixei minha empresa parada 4 meses, depois que passou esses 4 meses eu reativei a mesma empresa, aí voltei a razão social que ela tinha antes de eu assumir o ministério, para ser uma empresa de consultoria econômica financeira e assessoria empresarial, e retomei as atividades normais da empresa, a partir daí eu não tinha mais qualquer impedimento de contratar com o setor público ou de fazer negociações com o setor público, mas decidi não fazer, eu achei mais do ponto de vista deontológico que seria melhor não fazê-lo, embora não houvesse a partir daí nenhum impedimento para que fizesse atividades com o setor público, eu não aceitei nenhuma proposta, recebi algumas propostas de palestras, atividades junto ao setor público, considerei melhor não fazê-lo, na outra fase eu tinha feito uma ou duas palestras em órgãos públicos, eu não cobrei, achei melhor fazer e não cobrar, dessa vez eu sequer fiz, achei melhor tomar distância disso, e por razões deontológicas.

**Juiz Federal:-** Para eu ter uma ideia, essa empresa que o senhor tinha, o tamanho dela aproximadamente, ela tinha empregados ou era...

**Antônio Palocci Filho:-** Tinha, tinha em torno de 7 pessoas, era uma empresa pequena porque dependia muito da minha atividade, mas quando precisava fazer estudos econômicos específicos, como eu disse, eu tenho formação

médica, então eu apanhava bastante no aspecto técnico, por isso eu tinha dois economistas que trabalhavam comigo nessa parte de projeção de receita de empresas, expectativas de receita futura, trazer valores a valores presentes, esse tipo de coisa, toda a técnica de estudo especificamente econométrico, vamos dizer assim, eu não possuo essa especialização, então eu tinha economistas que faziam isso, a minha...

**Juiz Federal:-** Esses estudos que o senhor fazia eram reduzidos à escrito ou era um trabalho mais verbal? Era feito um estudo escrito, algum documento?

**Antônio Palocci Filho:-** Tem bastante coisa escrita, nem sempre era escrito, até digo que grandes questões que eu prestei, assessoriei empresas, acabaram não sendo escritas, mas, por exemplo, vou lhe dar exemplo se o senhor permitir...

**Juiz Federal:-** Claro.

**Antônio Palocci Filho:-** Na crise de 2008, os bancos internacionais fizeram uma coisa perigosíssima no Brasil, que foi oferecer aos empresários, quando os juros do Banco Central estavam em torno de 12 por cento, se não me engano, 11 por cento, os bancos internacionais visitaram as empresas nacionais oferecendo empréstimos a 5 por cento, isso foi uma coisa muito rápida, muito grande, muito significativa, eu fiquei muito assustado com isso, tentei de diversas formas entender do que se tratava, até que eu fiz com um dos clientes que eu atuava, eu fiz um estudo para ele, ele recebeu aquilo e falou “Olha, tem uma proposta aqui irrecusável, tomar milhões aqui, porque 5 por cento eu nunca mais vou ter na vida”, aí eu li, foi o primeiro processo que eu li, ali era o famoso derivativo cambial, que quebrou metade das empresas importantes do Brasil, porque os bancos internacionais propunham um juro baixinho mas uma vinculação à taxa cambial, se a taxa cambial variasse se pagava o múltiplo daquilo, para o senhor ter uma ideia uma empresa que tomasse naquela oportunidade 350 milhões de reais pagaria meses depois 5 bilhões de reais, portanto quebrando muitas empresas; eu fiz um trabalho muito grande com os meus clientes e lhe digo que na lista das empresas que não fizeram esses contratos danosos estão todos meus clientes.

**Juiz Federal:-** Certo. Algumas alegações específicas aqui, o senhor fez parte do conselho de administração da Petrobrás?

**Antônio Palocci Filho:-** Fiz, do início de 2003 até março de 2006, e depois, quando voltei ao governo, no governo da presidente Dilma, ela queria que eu fosse para o conselho, eu não queria, isso acabou empurrando essa decisão, então, por tanto tempo, que quando acabei aceitando a indicação eu só fiz uma reunião, fui em uma reunião.

**Juiz Federal:-** E qual era a sua posição, de conselheiro ou...

**Antônio Palocci Filho:-** Conselheiro do conselho de administração, nunca fui presidente do conselho.



**Juiz Federal:-** Como funcionava, assim, essas nomeações da diretoria?

**Antônio Palocci Filho:-** As nomeações?

**Juiz Federal:-** É.

**Antônio Palocci Filho:-** De diretores?

**Juiz Federal:-** Isso.

**Antônio Palocci Filho:-** Tá. De diretores, vamos dizer, a primeira vez, a montagem da diretoria foi uma montagem de indicações muito que vinha da própria empresa, porque obviamente a Petrobrás era uma empresa de grande porte, não se pensava ali em colocar pessoas, muitas pessoas de fora da empresa dado à excelência da atividade da empresa.

**Juiz Federal:-** Havia influência político-partidária nessa...

**Antônio Palocci Filho:-** Havia, havia.

**Juiz Federal:-** O senhor estava lá, por exemplo, no período em que o senhor Renato Duque foi nomeado, e há uma referência que ele teria sido nomeado por influência político-partidária do partido dos trabalhadores, o senhor tem conhecimento disso?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu nunca vi uma reunião ou uma colocação formal a respeito disso, mas isso era comentado, era comentado que ele tinha apoio do partido dos trabalhadores na sua indicação, isso era um comentário que existia na época.

**Juiz Federal:-** E o Paulo Roberto Costa, por exemplo, também foi nomeado no seu período?

**Antônio Palocci Filho:-** Foi, ele foi nomeado em substituição ao diretor Rogério Manso, e também foi uma nomeação técnica, para o conselho foi uma nomeação técnica, mas digo ao senhor que havia comentários também de um relacionamento dele com o PP, mas não foi indicação...

**Juiz Federal:-** Isso era de conhecimento do conselho, se tinha presente isso, o conselho quando tinha que aprovar...

**Antônio Palocci Filho:-** Não, quando o conselho, quando aprovava, aprovava nomes e currículos, currículos bastante técnicos, na verdade todas as pessoas, apesar de poder ter suas relações políticas tinha um currículo de 30 anos, 35 anos de trabalhos prestados na Petrobrás, então o conselho olhava essencialmente as nomeações sob esse prisma.

**Juiz Federal:-** Quem encaminhava os nomes desses diretores para o conselho?

**Antônio Palocci Filho:-** Normalmente a presidência do conselho, não sei como isso tramitava no governo, nessa época eu era Ministro da Fazenda, então não me ocupava de formação de governo, no começo do governo do presidente Lula foi dividido tarefas, de forma que eu fui nomeado coordenador da transição entre o governo do presidente Fernando Henrique e o governo do presidente Lula, então fui nomeado funcionário público já no governo Fernando Henrique, em outubro, em outubro para novembro, então passei a ocupar cargo público no governo federal já nesse período, então me ocupei exclusivamente da parte de transição técnica, haviam equipes e pessoas que cuidavam da montagem do governo, que não era o meu caso.

**Juiz Federal:-** O senhor Branislav Kontic trabalha com o senhor desde quando?

**Antônio Palocci Filho:-** Acredito que depois que eu me tornei Deputado Federal, acredito que,.. Ele trabalhou na prefeitura de São Paulo, ele foi empresário antes disso, eu não o conhecia, quando ele trabalhou na prefeitura eu também não o conhecia, vim a saber da existência dele foi depois que eu me tornei Deputado Federal em 2006, ele trabalhou nesse período comigo.

**Juiz Federal:-** E qual era a função que ele exercia?

**Antônio Palocci Filho:-** Ele tinha função de assessoria, ele é uma pessoa muito qualificada do ponto de vista de relacionamento pessoal, do conhecimento empresarial, do conhecimento profissional, é uma pessoa, um profissional qualificado, então recebia demandas, conversava com pessoas.

**Juiz Federal:-** Mas ele assessorava o senhor no legislativo ou na empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** No legislativo, depois que eu deixei... Numa outra época ele veio prestar serviços para a minha empresa, mais na frente.

**Juiz Federal:-** E o que ele começou a fazer dentro da empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Dentro da empresa?

**Juiz Federal:-** É.

**Antônio Palocci Filho:-** Ele me ajudava na organização dos contratos, principalmente na organização dos contratos, na elaboração de relatórios, ele tem conhecimento econômico por ter sido empresário, então ajudava nisso, mas, assim, essencialmente a atividade, vamos dizer, de conteúdos da empresa era feita por mim no aspecto de política econômica e pelos economistas no caso dos trabalhos mais técnicos.

**Juiz Federal:-** O seu relacionamento com o grupo Odebrecht, o senhor teve, por exemplo, um relacionamento comercial com o grupo Odebrecht em consultoria, por exemplo, na empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, nunca tive nenhum contrato com o grupo Odebrecht, nenhum contrato, não contato, mas conheço o grupo há muitos anos.

**Juiz Federal:-** Nunca recebeu valores por serviços prestados por sua empresa...

**Antônio Palocci Filho:-** Ao grupo Odebrecht, nunca.

**Juiz Federal:-** O senhor deve ter... O senhor acompanhou todos os depoimentos aqui dos demais acusados, que a lei então assim estabelece, e o senhor conhece os termos da acusação, e há uma referência na acusação de que o senhor teria contatos frequentes com o senhor Marcelo Odebrecht, que o senhor seria responsável por receber pagamentos, organizar pagamentos não contabilizados do grupo a agentes políticos do partido dos trabalhadores, o que o senhor tem a me dizer a esse respeito?

**Antônio Palocci Filho:-** O senhor prefere que eu faça uma exposição detalhada, respostas objetivas e rápidas, eu vou fazer da maneira como o senhor achar mais eficiente para o senhor.

**Juiz Federal:-** O momento da defesa é do senhor, o senhor pode... Só peço para o senhor não se alongar muito nas respostas.

**Antônio Palocci Filho:-** Tá, então, bom, tá, eu diria assim, o meu relacionamento com a empresa é antigo, talvez desde o fim da década de 90, e ele se dava com o senhor, principalmente com o senhor Emílio Odebrecht, posteriormente também com o senhor Pedro Novis, na primeira etapa não era o Pedro Novis, era o presidente da empresa, se não me engano, o senhor Álvaro Cunha, nossos primeiros contatos, depois, logo depois Pedro Novis, então tinha algumas conversas com o doutor Emílio e o doutor Pedro Novis, conversas, assim, muito sobre o Brasil, eles tinham muito interesse em conhecer o PT, como eu era prefeito do PT tinham muito interesse em conhecer a relação que o PT poderia ter com o governo, eles viam, falavam que viam o PT como um possível futuro governo, queriam conhecer o PT e conhecer as experiências do PT concretas e tal, então eu estive muitas vezes com eles, eles sempre foram pessoas muito cordiais em termos, assim, desse relacionamento, algumas vezes com o ex-presidente Lula, poucas vezes sozinho, a maioria das vezes o próprio presidente me convidava para ir ou o senhor Emílio Odebrecht convidava para reuniões, eu tinha uma relação com eles.

**Juiz Federal:-** O senhor tinha contatos frequentes com eles, com pessoas do grupo?

**Antônio Palocci Filho:-** Não era frequente, nessa época não, nessa época não.

**Juiz Federal:-** Mas acho que a época que interessa mais é um pouco...

**Antônio Palocci Filho:-** Mais à frente.

**Juiz Federal:-** Ali em 2002 para frente.

**Antônio Palocci Filho:-** De 2002 para frente, eu tive vários contatos, e aqui, se o senhor me permite, há uma grande mudança, assim, do estilo e da gestão da empresa até 2008, e depois de 2008, em 2009 quando o Marcelo Odebrecht assume, o estilo da empresa e da liderança muda radicalmente.

**Juiz Federal:-** Em que sentido?

**Antônio Palocci Filho:-** No sentido de que o senhor tinha uma liderança... O senhor pode ver até nas pessoas do senhor Emílio e doutor Marcelo atitudes diferentes em relação ao detalhamento das suas agendas, à flexibilidade e inflexibilidade das posições, então isso mudou muito, bastante né? Enquanto tínhamos uma empresa que tinha uma discussão sempre de cenários amplos, de Brasil e mundo, perspectivas econômicas e etc., o Marcelo era um guerrilheiro das causas da empresa, eu não estou aqui fazendo um julgamento pessoal...

**Juiz Federal:-** Entendi, não é uma crítica pessoal.

**Antônio Palocci Filho:-** Um ótimo pai de família, uma ótima pessoa, não estou fazendo uma crítica pessoal, estou dizendo de estilos, o estilo do doutor Marcelo era um estilo guerrilheiro das causas da empresa, então, assim, se em três reuniões com o senhor Emílio não se tratava de um assunto sequer da empresa, em dez minutos com o Marcelo se tratava cinco, seis questões de interesse da empresa, agora era muito ativo em relação às metas, às... E outra coisa que mudou, uma empresa de Emílio Odebrecht faz obras, olha o Brasil a longo prazo, ganha numa, perde na outra, uma empresa que olha o mundo, está presente me parece que em dez, quinze países, uma coisa assim... uma empresa de Marcelo olha projeto por projeto, se era rentável, se não era rentável, então queria lhe destacar essa diferença.

**Juiz Federal:-** Eu vou interromper um minuto pelo tamanho do áudio e já retomamos.

## **ANTÔNIO PALOCCI FILHO – PARTE 2**

**Juiz Federal:-** Bem, então nessa ação penal 505493288, continuidade do depoimento do senhor Antônio Pallocci Filho. Falávamos sobre o seu relacionamento com o grupo Odebrecht, a partir dessa fase de 2003, quando o senhor era Ministro da Fazenda, ou mesmo mais adiante, quando o senhor era Deputado Federal e depois Ministro Chefe da Casa Civil, o senhor mantinha contatos frequentes, por exemplo, com o senhor Marcelo Odebrecht?

**Antônio Palocci Filho:-** Depende da época, por exemplo, no período que eu era deputado sim porque, o senhor deve imaginar, os deputados ficam expostos e as empresas estão presentes o dia inteiro nos salões do congresso, então, assim, tinham reuniões marcadas e centenas de reuniões que se faz na correria do dia a dia, as empresas têm presença constante no congresso nacional, então nesse período de deputado era um período de grande disponibilidade, está numa atividade direta de relacionamento com o público, pessoas, lideranças empresariais, com lideranças sindicais, era uma coisa diária e permanente. No período de ministro muito pouco, muito pouco, por exemplo, quando eu fui

Ministro da Fazenda eu lembro de ter tido nenhuma reunião com Marcelo Odebrecht, não me lembro, não estou negando, posso até ter tido, mas não me lembro de ter tido nenhuma. A primeira reunião que eu tive com a Odebrecht como Ministro da Fazenda foi com José Carlos Grubisich, que era presidente da Braskem, naquele período o Brasil estava numa crise econômica muito grande e a Braskem numa crise econômica muito grande também, ela precisava lançar bônus denominados em euros e dólar no exterior, e naquele momento o risco país estava enorme, os juros estavam enormes e custo de captação externa das empresas estava proibitivo, então ele me visitou para dizer “Olha, me conte uma história de que o Brasil vai se recuperar para eu contar no exterior, porque se eu não contar uma história crível eu não consigo vender um papel da empresa”, então ele foi duas vezes lá com uma preocupação estritamente técnica de...

**Juiz Federal:-** No período em que o senhor foi Ministro Chefe da Casa Civil, em 2011, o senhor teve encontros com Marcelo Odebrecht?

**Antônio Palocci Filho:-** Provavelmente, tive provavelmente, não frequente porque a minha atividade não permitia, era uma atividade muito intensa, mas provavelmente sim, provavelmente sim.

**Juiz Federal:-** No período em que o senhor foi deputado o senhor teve encontros?

**Antônio Palocci Filho:-** Aí foi mais frequente porque...

**Juiz Federal:-** O seu interlocutor no grupo Odebrecht era o senhor Marcelo Odebrecht ou era outra pessoa?

**Antônio Palocci Filho:-** Era mais o senhor Emílio Odebrecht.

**Juiz Federal:-** Mais o Emílio?

**Antônio Palocci Filho:-** É.

**Juiz Federal:-** E o Marcelo?

**Antônio Palocci Filho:-** O Marcelo também, o Marcelo me procurava mais, como eu disse, o Marcelo trabalhava intensamente sua pauta, tudo, ele esteve comigo uma... Se o senhor quiser uma descrição objetiva para gente sair da teoria ou para eu não cansá-lo, ele esteve comigo intensamente na discussão da MP 460, era um assunto espinhoso, delicado, complicado, que diz respeito a uma coisa chamada créditos de IPI de exportação, isso foi dado no passado para os empresários, era um crédito alto, era 10 por cento de IPI das exportações era dado como crédito para as empresas, isso eram valores bilionários, depois de um momento, quando o Brasil arrumou sua economia isso foi extinto, em 1990 me parece, todas as grandes empresas estabeleceram uma tese jurídica de que isso não estava extinto por alguma razão que os céus explicavam...

**Juiz Federal:-** Sim, eu estou familiarizado, e o que o Marcelo pedia ao senhor?

**Antônio Palocci Filho:-** Ele me pedia que, ele sabia que eu liderava um movimento contra o retorno desse IPI, eles queriam validar o imposto, anular a anulação desse imposto ocorrida no ano de 1990, significava não só retomar o imposto para o presente e o futuro, como pagar, reconhecer um passivo extraordinário das empresas, que as empresas não pararam de se creditar desse imposto.

**Juiz Federal:-** Entendi.

**Antônio Palocci Filho:-** Elas, apesar de ser extinto, as empresas colocavam no seu balanço como ativo, como ativo, então...

**Juiz Federal:-** Sim, eu estou familiarizado com o assunto, e qual foi a sua posição?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu disse a ele, assim, categoricamente que eu não poderia jamais apoiar essa medida por dois motivos, primeiro que eu era totalmente contra ela, segundo que a minha posição ali era muito decisiva para o processo, porque na bancada do meu partido, o PT, eu tinha temas econômicos, eu era muito consultado, vamos dizer, até decisivo. E se eu adotasse uma posição favorável a esse projeto, o PT era o único partido, com alguns aliados mais afetos à questão do erário público, vamos dizer assim, com alguns aliados mais rígidos nessa questão, o PT era um dos poucos partidos que estava resistindo a essa medida, essa medida para o senhor ter uma ideia envolvia valores de mais de 100 bilhões de reais. Então eu disse ao Marcelo repetidas vezes que eu não podia apoiá-lo, recebi com educação evidentemente, mas disse diversas vezes a ele que eu não podia apoiá-lo e disse a ele que se fosse aprovada a medida eu trabalharia para que ela fosse vetada; a pressão no congresso foi de tal ordem que um dia um assessor de uma grande federação veio à minha frente, pediu meu apoio à medida e eu disse “Não vou apoiar, não posso apoiar”, ele telefonou para o presidente dessa federação e disse “Estou aqui com o ministro Palocci, ele garantiu o apoio a essa medida para nós” e desligou o telefone, eu falei “Escuta, acabei de dizer que não vou votar”, “Não, deixa assim, que depois a gente resolve”, então era assim que as coisas... Depois eu tive que ligar pra essa pessoa, para esse líder, e falar “Olha...”...

**Juiz Federal:-** Ele prestou um depoimento aqui, salvo engano de interpretação minha, mencionou que teria tratado com o senhor, conversado sobre o REFIS da crise...

**Antônio Palocci Filho:-** O que aconteceu, essa medida, portanto, foi votada, foi aprovada amplamente no congresso, e eu particularmente sei que também o ministro Guido Mantega trabalhamos junto ao Presidente da República para vetar essa medida. Semanas depois o Supremo Tribunal Federal chamou o processo e decidiu que esses valores deviam ser devolvidos, os valores retidos pelas empresa deviam ser devolvidos e que esse crédito de IPI de exportação não existia mais, e aí houve, no REFIS da crise se deu, se propôs o parcelamento do pagamento dessas obrigações, então saímos de uma situação onde as empresas não queriam pagar imposto e fomos para uma situação onde o governo, eu não participei disso, minha participação não tinha muita relevância nisso, era uma questão de governo, organizar como seria o pagamento, em quantas parcelas seria o pagamento dessa...

**Juiz Federal:-** E o senhor não tratou com o senhor Marcelo Odebrecht sobre esse assunto?

**Antônio Palocci Filho:-** Ele mandou e-mails pra mim, querendo discutir detalhes e tal, eu falei pra ele “Olha, esse assunto aí já é um detalhe técnico que você tem que procurar o Ministro da Fazenda”, ele se espantou muito comigo quando eu votei contra a medida 460, ele falou que não tinha entendido porque eu tinha votado contra, eu tinha falado pelo menos umas dezessete vezes pra ele que eu era contra a medida.

**Juiz Federal:-** E sobre esse parcelamento posterior, a sua posição era favorável, desfavorável?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu precisaria, eu estou sem acesso à internet, eu precisaria ver a minha posição, mas ali eu acho que não tem nenhum voto contra, acho que foi até votação simbólica porque na verdade houve a crise econômica de 2008, metade das empresas brasileiras chegaram perto de quebrar por causa do outro problema, que foi os derivativos cambiais, então se fez aquilo pra salvar um grupo enorme de empresas, então essa votação, se não me engano, pode ter sido inclusive simbólica porque era uma coisa, assim, vamos organizar, parcelar o pagamento, ali não estava se fazendo bondade nenhuma, estava se fazendo, viabilizando uma forma de as empresas poderem pagar, senão ninguém ia pagar, no fundo ninguém ia pagar e aí ia ter uma perda de ativos e empregos extraordinária.

**Juiz Federal:-** Salvo engano também de interpretação minha, ele disse que teria discutido com o senhor sobre uma ampliação de crédito, uma linha do BNDES em Angola.

**Antônio Palocci Filho:-** Provavelmente ele tocou nesse assunto comigo, mas eu sempre disse isso, não só pra ele, como para todas as empresas, que eu jamais iria discutir com o BNDES qualquer crédito, não era meu papel nem como deputado, nem como ministro, discutir créditos com o BNDES. A única situação que eu discuti com o BNDES créditos foi em situações de empresas que iam entrar em falência, que eram empresas de grande porte no Brasil cuja falência poderia significar uma fila de falências de muita repercussão, por exemplo, quando nós assumimos o governo em 2002, isso aconteceu com a Varig, por exemplo, confesso ao senhor que fiz reuniões para tentar salvar a Varig, inclusive na sala da Presidência do Supremo Tribunal Federal.

**Juiz Federal:-** Mas não precisa entrar em detalhamento.

**Antônio Palocci Filho:-** Tá. Ou seja, e conversamos com o BNDES e tudo, essas situações, sim, eu falava ativamente com o BNDES, foi o caso principalmente da Varig e de outras empresas, empresas da área de comunicação tiveram um problema sério nesse período, inclusive algumas empresas declarando dê four nos seus compromissos externos.

**Juiz Federal:-** Quando o senhor se encontrava com o senhor Marcelo Odebrecht, onde eram esses encontros pessoais?

**Antônio Palocci Filho:-** Depende da situação, quando eu era ministro no ministério, onde ele foi muito poucas vezes.

**Juiz Federal:-** Quando era deputado?

**Antônio Palocci Filho:-** Quando era deputado, eu me lembro que fui na empresa uma ou outra vez, que ele ia no congresso, nós raramente íamos jantar ou íamos a... Ou tínhamos encontros sociais, normalmente eram encontros de trabalho rápidos.

**Juiz Federal:-** Na sua empresa também ele ia?

**Antônio Palocci Filho:-** Na minha empresa ele ia também.

**Juiz Federal:-** Onde que ficava a sua empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** A empresa primeiro ficou na Alameda Lorena, depois na Alameda Ministro Rocha Azevedo, o senhor quer o endereço detalhado, não?

**Juiz Federal:-** Não. No processo aqui tem, por exemplo, referência nas folhas 49... Ah, desculpe, 122, 48 e 49 do processo, de um encontro que o senhor teria tido com ele numa sexta-feira, em 18/06/2010.

**Antônio Palocci Filho:-** 18/06/2010...

**Juiz Federal:-** Tem uma referência nessa agenda dele a localização, Eldorado.

**Antônio Palocci Filho:-** Eldorado era aonde era a sede da empresa, da Odebrecht, acho que chama Shopping Eldorado, tinha uma torre comercial lá.

**Juiz Federal:-** O senhor foi algumas vezes a alguns encontros nesse...

**Antônio Palocci Filho:-** Nesse endereço.

**Juiz Federal:-** Isso foi numa sexta-feira, esse encontro, não sei se o senhor vai se lembrar de memória, lembra dessa data desse encontro particular?

**Antônio Palocci Filho:-** Encontro particular não, mas os assuntos em geral eu lembro, dos assuntos, mas de data, de momentos, não.

**Juiz Federal:-** Ele faz uma referência aqui aparentemente a essa linha de crédito de Angola...

**Antônio Palocci Filho:-** De BNDES?

**Juiz Federal:-** É.

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu realmente, assim, o senhor pode ter como declaração definitiva minha que eu jamais fui ao BNDES buscar linha de crédito para qualquer empresa, não digo só a Odebrecht, com exceção exclusiva de



situações de empresas que estavam em situação de falência, de de fôr, que aí, sim, discutimos com as empresas e com o BNDES possibilidade de salvamento, fora isso, e isso nunca foi a situação da Odebrecht, então com ela... Poderia até ter sido a situação da Braskem em 2002 e 2003, mas a Braskem nunca nos solicitou crédito do BNDES, ela até tratava lá, mas nunca me solicitou nenhum apoio para isso. E não lembro do Marcelo ter me pedido, ele sabia que eu não atuava no BNDES, eu já tinha falado várias vezes com ele, agora às vezes ele insistia em pontos que ele já tinha tratado, como foi o caso da MP 460, ele insistiu várias vezes, isso era uma característica, como eu disse, característica da pessoa insistir várias vezes no mesmo ponto, você fala que não pode fazer determinada coisa, dois dias depois ele está falando a mesma coisa, insistindo na mesma coisa, quem sabe ele tem expectativa de mudança de opinião, é uma característica.

**Juiz Federal:-** Um outro suposto encontro que o senhor teria tido com ele, teria sido uma reunião na Presidência da República, em 12 de maio de 2011, tem uma referência a esse encontro nas folhas 70 e 71 da denúncia, teriam sido discutidos nesse encontro, segundo o senhor Marcelo Odebrecht, sobre TAV, Aeros, Arena e depois sobre o pré-sal.

**Antônio Palocci Filho:-** TAV, trem de alta velocidade, Aeros...

**Juiz Federal:-** O senhor se recorda de um encontro com o senhor Marcelo Odebrecht e com a ex-presidente Dilma Rouseff?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu vi isso na imprensa, doutor, confesso que eu me preocupei em olhar, quando eu vi referências a ele me preocupei em olhar, procurei a minha agenda, procurei a agenda da presidente porque existe acesso a isso, e não encontrei a minha presença nessa reunião e eu não me lembro dela, pode ter havido reuniões com o Marcelo, eu não me lembro de reuniões com o Marcelo e com a presidente juntos, não me lembro, me lembro de várias reuniões com a presidente e reuniões com o senhor Marcelo...

**Juiz Federal:-** Na agenda oficial da presidente consta uma reunião com o senhor no dia 12 de maio de 2011...

**Antônio Palocci Filho:-** No mesmo dia.

**Juiz Federal:-** No gabinete da presidência.

**Antônio Palocci Filho:-** Então, mas não nesta reunião né, eu...

**Juiz Federal:-** Hã?

**Antônio Palocci Filho:-** Não nesta reunião com o senhor Marcelo.

**Juiz Federal:-** Mas está a referência na agenda que nessa data o senhor teria se reunido com a presidente Dilma...

**Antônio Palocci Filho:-** Com a presidente em outro horário, eu chequei isso, eu procurei ver até para lembrar, não seria estranha a minha presença na reunião, mas eu realmente não me lembro.

**Juiz Federal:-** Ele menciona aqui que, no e-mail que tratou das Arenas, Aeros, TAV, estariam nessa reunião, segundo aqui a acusação, diz que estariam Luciano Coutinho e Itália, seria uma referência ao senhor, segundo a acusação.

**Antônio Palocci Filho:-** Itália, então, tem um outro e-mail que o Marcelo pergunta para o Alexandrino, desculpa entrar nesse assunto, que até me chateia e normalmente acho que chateia o senhor também, mas tem um outro e-mail que ele fala para o Alexandrino “Você falou com o Palocci?”, aí o Alexandrino responde, o senhor tem aí, está no processo, o Alexandrino responde “Sim, falei com o Palocci, ele disse que GM...”, que eu acho que é Guido Mantega, “... E Itália estiveram ontem com o presidente”, está escrito isso no e-mail do Alexandrino, eu achei que Itália então não... Eu não sei quem é, não sei, Italiano lá naquele congresso, como no Brasil inteiro, tem milhares, então não sei de quem se trata aqui, não me lembro dessa reunião, não recordo da reunião. Recordo de reuniões com Marcelo, recordo sim de ter reuniões com a presidente, mas não me recordo dessa reunião, TAV era um assunto que eu raramente tratava, até porque eu tinha uma posição contrário a esse projeto do governo, fui muito atacado internamente por causa disso, achava o projeto inviável...

**Juiz Federal:-** Não sei se eu entendi, o senhor não se recorda de nenhuma reunião com a presidente...

**Antônio Palocci Filho:-** E o Marcelo juntos.

**Juiz Federal:-** E o Marcelo e o senhor juntos?

**Antônio Palocci Filho:-** Não me lembro de nenhuma reunião. Não estou negando, se eu conseguir nas agendas eu até tomo a iniciativa de lhe trazer, e não seria estranho que tivesse uma reunião assim, mas eu não me lembro. E Itália, tem essa questão que eu não sei se é a mesma coisa com o tal Italiano, se não é, eu sei que duas vezes que aparece Itália para mim é estranho, em particular essa vez do Alexandrino quando ele diz “Palocci me disse que GM e Itália estiveram com o presidente Lula”, então fica muito estranho esse negócio, não sei se...

**Juiz Federal:-** Voltando àquele encontro lá em 18/06/2010, está na folha 48 e 49 do processo, a defesa tem aí pra mostrar ou posso mostrar para ele também?

**Defesa:-** (inaudível).

**Juiz Federal:-** Na folha 49, há uma referência aqui do Marcelo marcando um encontro com o chefe do Branislav Kontic na sexta-feira, esses e-mails são do dia 16/06/2010, há referência aqui a um encontro no dia 18.

**Antônio Palocci Filho:-** Esse é de 16/06/2010, tá.

**Juiz Federal:-** São e-mails trocados com o senhor Branislav. Aí na folha 49 há uma referência a esse mesmo encontro, o senhor pode olhar o último e-mail da página.

**Antônio Palocci Filho:-** “Amanhã vou estar às 11horas com o Italiano”.

**Juiz Federal:-** “E seria o caso de dizer a ele que com 700 que estamos sinalizando dificilmente terão algo, a questão de nos autorizassem EB poderia tentar conseguir os 50 de rebate”.

**Antônio Palocci Filho:-** Deixa eu ver, “Amanhã vou estar às 11 horas com o Italiano, seria o caso de dizer a ele que os 700 que estamos sinalizando dificilmente terão algo, a questão de nos autorizassem EB...”, o que é EB, o senhor sabe?

**Juiz Federal:-** EB?

**Antônio Palocci Filho:-** É.

**Juiz Federal:-** Não.

**Antônio Palocci Filho:-** “Poderia tentar conseguir 50 de rebate com (inaudível)...”.

**Juiz Federal:-** Pelo que entendi, o...

**Antônio Palocci Filho:-** Eu confesso que não tenho a menor ideia desse...

**Juiz Federal:-** O Marcelo Odebrecht teria dito que seria sobre aquela linha de crédito.

**Antônio Palocci Filho:-** Linha de crédito do BNDES?

**Juiz Federal:-** É. O senhor se recorda de ter participado de uma reunião com ele nessa época?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, sobre linha de crédito do BNDES eu nem marcaria reunião, ele sabia que eu não tratava desse tipo de coisa, me pediu uma vez para tratar, eu fui categórico com ele que não trataria, que não mexeria com isso, não era minha atividade, não tinha sentido, não tinha condições...

**Juiz Federal:-** Não lhe parece que com essas duas referências que eles tratavam o senhor como Italiano dentro da empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Olha, doutor, de novo, vou lhe falar exatamente como aconteceu, quando isso apareceu na imprensa 6 meses atrás, 7 meses atrás, eu fiquei em dúvida, Italiano pode ser eu como quarenta milhões de brasileiros, e procurei na imprensa, na internet, para saber se seria a minha pessoa que ele se referia, porque ele nunca me chamou de Italiano, nunca, ninguém na Odebrecht nunca me chamou de Italiano, e aí encontrei duas situações que para mim comprovam que não se trata de mim, uma delas é essa relativa à diplomação da presidente Dilma, como o senhor vê, na foto da diplomação não tinha mais de quarenta pessoas, e tinha fotos minhas na diplomação, evidentemente ele teria me

visto, ele faz um e-mail para os seus diretores dizendo que eu não estava na... “Italiano não estava na diplomação”, não é? Então, assim, me parece, é impossível não ver as pessoas que estão, pela foto dá para saber as pessoas.

**Juiz Federal:-** Entendi.

**Antônio Palocci Filho:-** Uma foto melhorzinha dá pra falar o nome e o sobrenome de todo mundo, e...

**Juiz Federal:-** Na folha 32 do processo...

**Antônio Palocci Filho:-** E só, se o senhor me permite, a segunda, isso é sobre Italiano, a segunda foi essa Itália, esse está aí no processo, ele pergunta “Falou com o Palocci?”, o Alexandrino responde “Falei com o Palocci, eu falei e Palocci me disse que Itália e GM estiveram com o presidente”, quer dizer, eu não falo em terceira pessoa, não tenho esse nível de prepotência, então se eu falei que Itália se reuniu com o presidente Itália não pode ser eu, eu nunca falei sobre mim me referindo a “O Palocci falou isso”, minha mãe me ensinou a não proceder assim.

**Juiz Federal:-** Entendi. Na folha 32 dessa denúncia, a defesa...

**Antônio Palocci Filho:-** 32...

**Juiz Federal:-** O último e-mail ali, Marcelo Bahia Odebrecht para o senhor Alexandrino de Alencar, não sei se o senhor esta vendo ali, diz lá “Você marcou alguma coisa com o Italiano na segunda? Se não, vou ligar para o Brani e vou tentar marcar”.

**Antônio Palocci Filho:-** Tá, tá.

**Juiz Federal:-** Esse e-mail é sobre o IPI?

**Antônio Palocci Filho:-** Sobre o que?

**Juiz Federal:-** Assunto, está ali, IPI.

**Antônio Palocci Filho:-** IPI, deve ser o IPI de exportação.

**Juiz Federal:-** 2 de maio de 2009.

**Antônio Palocci Filho:-** IPI de exportação ele certamente conversava com o líder do governo, com dezenas de deputados, com relator, com presidente da comissão.

**Juiz Federal:-** E o Brani não é o Branislav ali nesse e-mail?

**Antônio Palocci Filho:-** Sim, mas o Brani era assessor meu lá, ele pode ter marcado reuniões com outra pessoa para o Marcelo, isso é possível, porque o Marcelo pedia às vezes para o Brani, o Brani me pedia autorização de “Pô, fale com o Arlindo Schneider, fale com...”, que era líder do governo, “Fale com o presidente da câmara”, que era o Marco Maia, “Fale com... Peça pra me receber”, isso aconteceu, eu falei “Não, pode pedir, não vejo problema”.

**Juiz Federal:-** O senhor chegou a tratar de contribuições eleitorais com o grupo Odebrecht?

**Antônio Palocci Filho:-** Cheguei.

**Juiz Federal:-** Para campanhas presidenciais?

**Antônio Palocci Filho:-** Sim.

**Juiz Federal:-** Para outras campanhas também?

**Antônio Palocci Filho:-** Outras campanhas não, não, só campanha presidencial.

**Juiz Federal:-** O senhor pode me descrever essas circunstâncias?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu acho que a, acredito, eu tentei me lembrar, antes de vir aqui, eu sabia que o senhor ia me perguntar, obviamente, é natural a pergunta, eu acredito que a última vez que eu tratei esse assunto com o senhor Marcelo ou com o grupo foi na passagem de 2009 a 2010, onde estava começando os preparativos da campanha da presidente Dilma, eu estive com ele por outro motivo, e ele foi ativo, assim, na questão, falou “Olha, pode dizer a presidente que nós vamos ter uma participação importante na campanha dela”, ele me deu uma dimensão, eu tenho medo de errar aqui, mas ele me deu uma dimensão “Que nós vamos ter uma participação importante, diga isso a ela”, eles tinham uma preocupação junto a presidente Dilma porque a presidente Dilma tinha tido algumas brigas um pouco ácidas com a Odebrecht em período anterior, então ele fez questão, assim, “Por favor, diga que nós vamos ter uma participação”, “Digo”, e tal, na época certa, era virada de 9 pra 10, não tinha nem como tratar o assunto, o assunto passa a ser tratado em junho, junho-julho, onde oficialmente se constituem os comitês...

**Juiz Federal:-** O senhor tratou de pagamentos, contribuições paralelas não contabilizadas, caixa 2, com eles?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu nunca tratei, doutor, eu nunca operei contribuições, até porque não era minha função, se fosse eu teria feito, mas eu nunca operei contribuições, eu sempre dizia para o empresário “Olha, atenda o tesoureiro da campanha”, “Atenda, vê se você pode ajuda-lo”, porque eles me pediam, não podia deixar de fazer isso, agora evidentemente eu pedia recursos para as empresas acreditando que elas iam tratar isso da melhor maneira possível, eu falava inclusive “Olha, vou falar para o tesoureiro levar os recibos aí, os bônus para você contribuir”, eu sempre falei com esses termos. Para o senhor ter uma ideia, na campanha de 2006 que eu resolvi ser candidato 20 dias antes da eleição, eu fiz a arrecadação financeira por telefone, teve duas ou três pessoas que, assim, talvez por não me conhecer perguntaram se era com recibo, eu falei “É mais que óbvio, eu estou pedindo uma coisa com recibo”.

**Juiz Federal:-** O senhor chegou a negociar valores específicos de doações com o grupo Odebrecht para as campanhas presidenciais?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, valores específicos não.

**Juiz Federal:-** O senhor chegou a conversar sobre assuntos financeiros da campanha com o senhor João Santana ou com a senhora Mônica Moura?

**Antônio Palocci Filho:-** Sim, sim.

**Juiz Federal:-** O senhor pode me esclarecer?

**Antônio Palocci Filho:-** Na verdade, o João Santana, eu era responsável por conteúdos de campanha, então a presidente Dilma me pediu na parte da televisão, para que eu visse todos os programas antes de ir ao ar, então esse foi um trabalho que chegou a ser desumano, mas eu tinha que ver todos os programas antes de ir ao ar, todos os dias em determinado horário, e aí, a partir daí, estabelecer uma briga homérica com o João Santana sobre cada frase dita, então isso foi uma coisa...

**Juiz Federal:-** E a parte financeira?

**Antônio Palocci Filho:-** A parte financeira ele comentou uma vez ou outra comigo, mas não era um assunto da minha pauta, ele reclamava às vezes, reclamar ele reclamava bastante, “Olha, não está pagando, estou com um fornecedor, preciso resolver”, aí eu ligava para o Felipe, “Ô Felipe, receba o João, fale com ele”, isso aconteceu algumas vezes.

**Juiz Federal:-** Ele declarou aqui que o senhor teria solicitado certa feita uma conta, perguntado se ele teria uma conta no exterior para recebimento de pagamento.

**Antônio Palocci Filho:-** Não, pagamento não. Eu nunca operei pagamentos a ele e a ninguém, posso até ter perguntado se ele tinha conta no exterior numa conversa informal meio, sei lá...

**Juiz Federal:-** Nunca tratou com ele de pagamentos por fora, caixa 2?

**Antônio Palocci Filho:-** Não.

**Juiz Federal:-** Nem com ele, nem com a senhora Mônica Moura?

**Antônio Palocci Filho:-** Nem com a Mônica.

**Juiz Federal:-** O senhor conhece os acusados aqui, o senhor Hilberto Silva, por exemplo?

**Antônio Palocci Filho:-** Nunca vi o senhor Hilberto.

**Juiz Federal:-** O senhor Fernando Migliaccio?

**Antônio Palocci Filho:-** Nunca vi.

**Juiz Federal:-** Luiz Eduardo da Rocha Soares

**Antônio Palocci Filho:-** Conheci aqui na custódia, nunca tinha visto antes.

**Juiz Federal:-** O senhor chegou a tratar com o senhor Marcelo Odebrecht esse assunto relativo à Sete Brasil, essas sondas de exploração do pré-sal?

**Antônio Palocci Filho:-** Uma ou outra vez ele comentou comigo esse assunto, mas ele nesse caso ele, diferente de muitos outros, ele nunca me pediu nada nesse... Comentava comigo “Vamos entrar na área”, ele estava muito em dúvida porque é uma área de capital intensivo, pediu minha opinião, eu não falei nada, eu falei “Olha, o Brasil está querendo nacionalizar as sondas”, era uma situação, doutor Moro, vossa excelência vai entender com facilidade, o Brasil por ter descoberto o pré-sal ia contratar 40 sondas e o mundo possuía 100, então aí houve um jogo, um jogo comercial de grande magnitude, que inclusive acho que ninguém sabe de toda a história e nem deveria saber, porque é um jogo comercial que se eu quero contratar 40 de um produto que existe 100 e eu não falar que eu vou fazer uns 20, o preço triplica em dias ou em minutos às vezes, então era todo um jogo que o Brasil precisava fazer para que os preços disso, eu imagino, o preço dessas sondas chegou a 500 mil dólares por dia o afretamento dessas sondas, então se o Brasil falasse “Quero 40 das 100 existentes”, bom, o preço ia para 1 bilhão por dia, na hora, então houve todo um jogo comercial com segredo industrial, com uma série de questões que eu nem perguntava, porque não cabia a político se meter nisso, não cabia a ministros se meter nisso, cabia a um jogo de competência empresarial para mostrar ao mundo “Olha, eu vou fazer 30 sondas e eu preciso alugar um”, bom, se vai ter 30 o preço não pode se mover tanto, mas o Marcelo nunca me pediu para interferir nisso, ele sabia, ele conhece esse processo.

**Juiz Federal:-** Vou interromper pelo tamanho do áudio.

### **ANTÔNIO PALOCCI FILHO – PARTE 3**

**Juiz Federal:-** Então nessa ação penal 505493238, continuidade do depoimento do senhor Antônio Palocci Filho, ainda continuando as perguntas do juízo. Ele disse aqui, salvo engano de interpretação minha, que ele teria levado ao senhor uma solicitação, um pedido de pagamento de vantagem indevida que teria sido levada a ele pelo senhor João Vaccari relativamente a essas sondas, isso aconteceu mesmo?

**Antônio Palocci Filho:-** Acredito que não, me lembro de outra situação parecida onde ele me procurou porque havia um pedido, não me lembro de quem, sobre submarinos, ele me procurou e me perguntou se isso era interesse do governo, do partido, eu falei “De maneira alguma”, ele não queria também mexer dessa forma, porque em todo o meu relacionamento com a Odebrecht, nesses anos todos, eles jamais me pediram uma contrapartida e jamais eu dei margem para que eles pensassem que era possível a contrapartida vinculada a recurso de campanha, jamais. O Marcelo dizia que para ele também não interessava.

**Juiz Federal:-** Quem era o beneficiário dessa solicitação?

**Antônio Palocci Filho:-** Essa solicitação do submarino?

**Juiz Federal:- É.**

**Antônio Palocci Filho:-** Ele me deu a entender que era do partido, eu não me lembro a pessoa, ele me deu entender que era o partido, e ele me pediu para ajudar a tirar esse assunto na mesa, eu falei “Olha, com a maior satisfação eu faço isso, porque eu sou absolutamente contra a qualquer contribuição vinculada a projeto”, principalmente que esse era um projeto internacional, com efeitos complicadíssimos... Inclusive saiu uma matéria recentemente na televisão toda recortada sobre isso em que ele fala que ele pediu meu apoio para não fazer pagamento, ali está parecendo que ele fez o pagamento.

**Juiz Federal:-** E o que o senhor fez, daí?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu lembro que eu dei algum recado ao partido, porque, olha...

**Juiz Federal:-** Deu algum recado pra quem?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu não me lembro detalhe, doutor, eu posso me esforçar para fazê-lo, trazer essa história para o senhor, trarei por escrito, pessoalmente, se...

**Juiz Federal:-** O senhor não lembra nem pra quem que era a propina e nem com quem o senhor falou?

**Antônio Palocci Filho:-** Pra quem era, era para o partido...

**Juiz Federal:-** Mas quem era o portador da mensagem?

**Antônio Palocci Filho:-** Acredito, eu posso não estar sendo a verdade, normalmente nessa época quem pedia recursos para o partido era o Vaccari, não tinha outra pessoa pedindo nessa época, e ele, o Marcelo, me procurou e falou “Olha, tem um pedido aqui vinculado ao projeto do submarino, eu não gostaria de trabalhar assim”, eu falei “Não, se você não gostaria e eu não aceito em nome de governo, de PT, de quem quer que seja, que isso aconteça, se acontecer eu me coloco absolutamente fora dessa questão, porque você sabe, você sabe que é assim”, ele concordou, e talvez eu tenha falado com alguém na época, com o próprio Vaccari ou com alguém do partido, e falei “Olha, não é assim que eu acho que deve proceder”, e isso não foi a única vez que aconteceu, algumas vezes aparecia coisa assim “Ah, é vinculado a projetos”, eu sempre disse ao Marcelo, uma vez falei com ele de maneira muito insistente de que... Porque ele não gostava, mas dizia eles que em situações, às vezes tinha situações que eram difíceis, eu falei “Olha, faça difícil, mas faça direito”, uma coisa é uma grande empresa com naturalidade contribuir com uma campanha...

**Juiz Federal:-** E quem era normalmente o portador dessas solicitações de pagamentos ao grupo Odebrecht?

**Antônio Palocci Filho:-** Normalmente era... Quando era período de campanha era... Vinculado a projeto nunca vieram a mim, foram a ele...

**Juiz Federal:-** Sim, mas quem levava isso a ele?



**Antônio Palocci Filho:-** Bom, os tesoureiros do partido à época, o Vaccari...

**Juiz Federal:-** Mais alguém?

**Antônio Palocci Filho:-** Não lembro de outro caso, nesse caso das sondas também era o Vaccari o tesoureiro, mas eu não me lembro do fato, eu me lembro do fato do submarino, eu me lembro.

**Juiz Federal:-** O senhor pode esclarecer, o senhor conhece o José Carlos Ferraz?

**Antônio Palocci Filho:-** Conheço.

**Juiz Federal:-** Desculpe, João Carlos Ferraz.

**Antônio Palocci Filho:-** Sim.

**Juiz Federal:-** Qual é a sua relação com ele?

**Antônio Palocci Filho:-** O João Carlos Ferraz eu conheci, eu não sei se eu conheci ele antes de ser presidente da Sete Brasil, eu lembro que eu conheci depois, ele me procurou, pediu pra falar comigo, eu o recebi, eu sabia o que ele fazia e tudo. E ele, eu entendi, quando ele me procurou, que ele queria ampliar o relacionamento político dele, não me pediu consultoria, não pediu nada, me pediu muitas opiniões, me relatou como era a Sete Brasil, eu não conhecia, não entendia muito como eram essas contratações, ele me explicou na época como era, já estavam as contratações feitas, e ele foi me pedir, assim, para ajudar a ampliar os contatos políticos dele, entendi que ele queria falar com o presidente Lula, com a presidente Dilma, eu falei para ele “Olha, se você está na Sete, tem relações com a Petrobrás, se você quer ampliar um pouco o seu relacionamento procura o ministro Guido que é presidente do conselho da Petrobrás, aí você vai ter ao mesmo tempo uma pessoa que tem relações com a Petrobrás e é ministro do governo, de uma área importante, porque você ficar procurando político não sei se é uma boa, eu não daria essa recomendação pra você”.

**Juiz Federal:-** Chegou a tratar com ele dos assuntos relativos às sondas, contratação?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, não.

**Juiz Federal:-** A princípio seriam essas as questões do juízo, eu passo ao ministério público.

**Ministério Público Federal:-** Sem perguntas.

**Juiz Federal:-** O assistente de acusação? Os demais defensores?

**Assistente de Acusação:-** Tenho perguntas.

**Juiz Federal:-** Tem perguntas o assistente de acusação?

**Assistente de Acusação:-** Sim.

**Juiz Federal:-** Pode alcançar o microfone, por gentileza?

**Assistente de Acusação:-** Durante todo o tempo em que o senhor exerceu os cargos públicos que referiu e de deputado também, o senhor soube de alguma doação feita pela Odebrecht com a reciprocidade de algum projeto de interesse da empresa?

**Antônio Palocci Filho:-** Da empresa Petrobrás?

**Assistente de Acusação:-** Não, da interesse da Odebrecht.

**Antônio Palocci Filho:-** Ah, da Odebrecht?

**Assistente de Acusação:-** É, alguma doação.

**Antônio Palocci Filho:-** Alguma doação?

**Assistente de Acusação:-** Sim, alguma doação que tivesse uma contraprestação...

**Antônio Palocci Filho:-** Doação eleitoral?

**Assistente de Acusação:-** É.

**Antônio Palocci Filho:-** Que fosse contraprestação a um serviço prestado ou a um apoio político?

**Assistente de Acusação:-** Apoio do governo, projeto do governo.

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu nunca soube, eu nunca soube, em relação à Petrobrás, menos ainda.

**Assistente de Acusação:-** Não, não, não é Petrobrás, em geral.

**Antônio Palocci Filho:-** Do governo em geral nunca soube da chamada contrapartida, acho que é esse ponto que o senhor quer...

**Assistente de Acusação:-** Vantagem né, para a empresa.

**Antônio Palocci Filho:-** Certo, certo, nunca vi discussões nesses termos. Soube agora lendo o que está acontecendo, os depoimentos, tudo, mas nunca tive contato com esse tipo de coisa, nunca me foi solicitado por nenhum membro da Odebrecht nenhum apoio com promessa de contrapartida, eu nunca ofereci, nunca fui solicitado... Por exemplo, o Marcelo, assim, não preciso dizer o quanto se falava em contrapartidas no congresso nacional sobre a MP460, era uma coisa... Quando eu lhe digo que um assessor liga para o seu chefe e diz “Estou aqui com o deputado Palocci, ele vai votar”, quando eu acabei de falar que não, o senhor imagina o interesse que está em torno disso, então isso aconteceu intensamente no congresso nacional, agora jamais eu recebi da Odebrecht qualquer pedido ou ofereci para Odebrecht qualquer contrapartida em situação vinculada à Petrobrás ou não vinculada à Petrobrás, e nesse projeto específico, 460, eu votei contra mesmo sabendo da importância que ele tinha financeira, aqui a questão era defender o erário público, o tesouro nacional, e não os interesses privados.

**Juiz Federal:-** Ele já falou isso.

**Assistente de Acusação:-** Considerando, última pergunta, considerando a sua experiência parlamentar e política, qual é a razão em si das doações?

**Antônio Palocci Filho:-** Eleitorais?

**Assistente de Acusação:-** É, por quê, por que as empresas fazem a doação eleitoral?

**Antônio Palocci Filho:-** Seria preferível perguntar a cada uma delas, mas, assim...

**Assistente de Acusação:-** O senhor tem experiência política.

**Antônio Palocci Filho:-** É o que eles me dizem, me perguntam muitas vezes, empresários me perguntam muitas vezes “Como eu faço pra doar?”, “Devo doar?”, “Não devo doar?”...

**Assistente de Acusação:-** Não, porque doar, não...

**Antônio Palocci Filho:-** Por que doar, por quê? É participar do processo democrático, essa é a questão, normalmente empresas como a Odebrecht, por exemplo, aqui está se discutindo muito a relação da Odebrecht com o PT, mas se for olhar ao longo da história a Odebrecht fez doações idênticas ao PT e ao PSDB, e muitas vezes superiores, e agora ficamos sabendo recentemente que ela fez doações para candidatos nancicos atacarem o PT, então, eu soube pela televisão, e assim, tiveram a desfaçatez de dizer que pagaram no caso ao pastor Everaldo, pelo cálculo que fizeram que ele seria o Presidente da República, isso foi aceito nos autos de uma colaboração premiada, então, quer dizer, nada contra o pastor Everaldo, é uma pessoa que eu respeito muito, mas meu neto sabia que ele não seria Presidente da República, eu acho que os nossos netos todos aqui sabiam, mas isso passou como uma informação substancial de uma colaboração premiada, então, quer dizer, cada um tem a suas razões, esse doou porque calculou no centro de cálculo político da Odebrecht que o pastor Everaldo seria eleito Presidente da República, eu fiquei estarecido quando eu vi isso, mas passou na televisão, passou ele falando, ninguém contou para mim, passou falando, então eu fiquei muito chocado com a capacidade analítica do centro político da Odebrecht.

**Juiz Federal:-** Certo. Mais alguma questão?

**Assistente de Acusação:-** Não.

**Juiz Federal:-** Os outros defensores têm questões ou a defesa do próprio acusado?

**Defesa:-** Sim, excelência. Doutor Antônio Palocci, o senhor se referiu aí no seu interrogatório à cerimônia de diplomação da presidente Dilma Roussef na sede do tribunal superior eleitoral, e o senhor disse que, enfim, Marcelo registrou num e-mail que o Italiano não estava presente, dá-se que depois desta cerimônia solene, dessa cerimônia formal, houve um coquetel, isto é certo?

**Antônio Palocci Filho:-** É certo.

**Defesa:-** O senhor compareceu a esse coquetel?

**Antônio Palocci Filho:-** Sim.

**Defesa:-** Quantas pessoas, era um evento...

**Antônio Palocci Filho:-** Um pouco maior que esse evento, o cocktail é menos chato, as pessoas vão mais...

**Defesa:-** Quer dizer, era um lugar de visibilidade, todos os presentes se viram?

**Antônio Palocci Filho:-** Era uma área do Itamaraty absolutamente aberta, se não me engano foi no Itamaraty, numa área bem aberta.

**Defesa:-** O senhor teve qualquer interferência num suposto pagamento realizado em favor do senhor João Santana e da senhora Mônica Moura, como remuneração por serviços prestados, serviços de marketing prestados em favor da campanha, o senhor interferiu nesse pagamento?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu nunca interferi em pagamentos, na verdade, porque aí seria uma ação indevida minha dentro de uma equipe de pessoas companheiras, o que eu fiz foi ajudar quando foi solicitado, normalmente essas ajudas que eu dava era para reforços, nunca foi assim...

**Defesa:-** Então me detalhe, o que é essa ajuda, é recomendar que...

**Antônio Palocci Filho:-** É recomendar, por exemplo, e mais, os empresários me perguntavam, eu tenho registro no meu celular que foi apreendido pela polícia, em 2014 eu estava no exterior, então tinha empresários que me perguntavam por telefone “O que eu faço?”, eu falava “Decida, se quer doar, doe”, “Pra quem?”, eu falei “Para o tesoureiro”, “Quem é o tesoureiro”, eu falei “Está no jornal”, isso está gravado no meu telefone.

**Defesa:-** E sobre esses pagamentos, eles eram, quando o senhor era solicitado a pedir ao partido que fosse adimplidas essas obrigações, cumpridas essas obrigações, contratadas como pactos de trabalho de marketing, o senhor tinha consciência de que esses pagamentos seriam contabilizados ou não contabilizados?

**Antônio Palocci Filho:-** Sempre pedi para a empresa fazer pagamentos em bônus, quer dizer, não tinha motivo, para mim, não tinha motivo de pedir ou de entender que uma empresa precisasse fazer pagamentos não contabilizados, mas é preciso aqui dizer a verdade, doutor, o senhor sabe que nas campanhas eleitorais do Brasil existia pagamentos não contabilizados de forma generalizada, isso é uma coisa que existia, eu não vou ser hipócrita, não vou ser hipócrita de dizer que nunca vi, não sabia, soube de algumas ocasiões em que houve pagamentos não contabilizados. O senhor perguntou... Desculpa?

**Juiz Federal:-** No partido dos trabalhadores?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu digo de todos os partidos ou pelo menos dos grandes partidos, isso é uma situação mais do que óbvia e conhecida por todos.

**Defesa:-** E por quê, quem que optava, segundo essas informações que o senhor recebeu, que optava por essa forma de recebimento, eram, digamos assim, os comitês das campanhas, eram os prestadores de serviços, como é que era?

**Antônio Palocci Filho:-** Em geral, assim, eu não posso responder pelos tesoureiros, talvez um tesoureiro de campanha possam apresentar isso com detalhe e citar cinquenta casos, como eu não tinha essa prática cotidiana eu não posso afirmar, mas em geral, eu pelo menos, as minhas campanhas não tinham nada a esconder, como eu disse isso por telefone numa campanha, a parte financeira da minha última campanha, que foi em 2006, fiz por telefone, eu não tinha tempo de visitar, telefonei para trinta, quarenta empresários, todos estão registrados no tribunal... Não sei, se um dia eu precisasse de caixa 2 eu não sei o que eu faria, porque essa era uma prática absolutamente generalizada, mas eu sempre pedi e tive uma boa resposta de empresas quando fui candidato, e quando apoiava as campanhas presidenciais fiz muito pouco, na verdade fazia reforço e sempre tratava em termos... Às vezes eu telefonava para um empresário e falava “Você pode receber o tesoureiro da campanha, porque ele está com uma dificuldade, ele te levaria aí os bônus para você poder contribuir”, tudo, fazia isso por telefone, eu não via nenhum segredo, nenhum... Mas, olha, doutor, me permita, nunca fiz isso como ministro, jamais pedi um centavo para qualquer empresa como ministro, em 2002 eu devo ter falado com alguns, não era ministro, em 2006 não era ministro, eu tinha deixado o ministério.

**Defesa:-** Em alguma vez houve solicitação de contrapartida ou oferta de contrapartida?

**Antônio Palocci Filho:-** Olha, doutor, no congresso nacional... No ministério não...

**Defesa:-** Não, do senhor, em relação a sua conduta.

**Antônio Palocci Filho:-** Eu pedindo?

**Defesa:-** É.

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu acho que contrapartida é corrupção, tem nome bem definido, e...

**Defesa:-** E o senhor jamais...

**Antônio Palocci Filho:-** E eu jamais pediria isso, e acho eu, eu defendo o relacionamento, isso eu disse publicamente, conversei com empresas sobre isso, que as empresas, como eu disse, me perguntam, eu digo “Olha, façam um relacionamento transparente”, eu acho que se a lei fala que as empresas devem contribuir, hoje não mais, mas caso a empresa faça, faça transparente, alguns perguntavam pra mim se deveriam dar para outros candidatos que não o meu candidato, eu sempre falei que sim, que achava que deveria dar, que participar da democracia é fazer uma doação aberta.

**Defesa:-** E, a propósito, a Odebrecht doou também para o principal opositor da então candidata Dilma Rouseff nesta campanha de 2010, o senhor tem conhecimento?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu tenho certeza disso.

**Defesa:-** Certeza?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, assim, por ler no jornal, porque eu não tenho... Mas o próprio adversário não nega.

**Defesa:-** E o senhor teve notícia em relação a quem a Odebrecht contribui mais, se foi o candidato do...

**Antônio Palocci Filho:-** Em algumas ocasiões eu vi até essa discussão mostrando que com o adversário do candidato do PT a contribuição era maior, agora recentemente soube que também financiava, a empresa financiava adversários para fazer um trabalho específico contrário ao PT, isso eu não sabia, eu fiquei sabendo pela televisão recentemente.

**Defesa:-** Um dos eixos da acusação nestes autos é uma planilha que é apócrifa, não é assinada por ninguém, não é autenticada, mas em cujo corpo estão lançados alguns apontamentos relativos a cifras, o senhor chegou alguma vez a ter conhecimento dessa planilha?

**Antônio Palocci Filho:-** Não.

**Defesa:-** Alguma vez lhe foi exibida esta ou tentaram exibir esta planilha ao senhor?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, tentaram não sei, mas nunca foi exibida.

**Defesa:-** O senhor nunca tomou conhecimento?

**Antônio Palocci Filho:-** Tomei.

**Defesa:-** Quando, por quê?

**Antônio Palocci Filho:-** Teve um evento... Tomei conhecimento, não vi, nunca vi a planilha... Em final de 2010, acho que um pouco antes da eleição, eu não tenho nada aqui, não quero perder as datas, a Odebrecht fez chegar ao presidente Lula, se não me engano, era um pouco antes da eleição de 2014, a Odebrecht fez chegar ao presidente Lula que havia, além daquilo que tinha sido comprometido na campanha...

**Defesa:-** Já comprometido como, explique a natureza, por favor?

**Antônio Palocci Filho:-** Comprometido formalmente, contribuição para a campanha, que havia ainda uma provisão, aqui eu posso falhar em termos de valores porque faz muito tempo, mas havia ainda uma provisão em torno de 200 milhões de reais, isso chegou ao presidente Lula, não diretamente, isso chegou a ele, o presidente me procurou, me chamou porque essa pessoa falou que eu

deveria saber disso e tal, o presidente Lula me procurou surpreso, surpreso, estranhando, e disse “Olha, eu nunca tive conversa desse tipo, não foi uma conversa direta, chegou a mim, e eu queria entender o que está acontecendo, o que é isso, do que se trata”, achei ele um pouco irritado com a coisa, e eu também fiquei muito surpreso com a “provisão”; aí fui ao Marcelo, procurei o Marcelo, falei “Marcelo, aconteceu isso, eu conheço a empresa há mais de 10 anos, jamais tratamos a relação do governo com a empresa a partir de provisões, o que aconteceu, você sabe, seu pai com o Pedro Novis, foi que os tesoureiros de campanha foram buscar apoio, tiveram apoio, isso foi registrado, dizem que algumas coisas não foram registradas, agora isso se trata de doação de campanha em época de campanha”, nesse momento o Marcelo tentou construir comigo um entendimento de que “Não, na verdade isso acontece, é verdade, eu dei em 2009...”, ele lembrou de 2009 que ele tinha me falado de uma provisão para campanha, “Eu lhe falei, e a gente trabalha dessa forma na empresa, a gente faz provisões para candidatos em época eleitoral, etc.”, eu falei “Olha, eu gostaria, ficou muito ruim para mim essa situação, porque primeiro foi falado que tinha uma provisão, segundo falaram que eu conhecia, eu nunca conheci essa provisão, nunca soube disso, a não ser aquela da campanha que era metade dessa, foi menos da metade dessa, que foi dito, e eu gostaria que você esclarecesse com o seu pai ou dissesse quem da Odebrecht...”, eu não sei se foi Alexandrino, não sei que pessoa que fez chegar ao presidente, fez chegar, não falou diretamente com ele, essa mensagem, aí eu disse ao Marcelo que eu gostaria que se reestabelecesse uma postura diferente em relação a isso, fui ao presidente Lula e disse a ele “Olha, foi um mal-entendido, eu já falei com o Marcelo, o que está de previsão os tesoureiros estão cuidando, não existe nada”. Passados 2 meses, uma pessoa me procurou com uma conversa muito estranha, um empresário, querendo saber coisas de contribuição de campanha, de ambientes eleitorais, de como a gente lidava com isso e tal, e é uma pessoa minha amiga, eu achei uma conversa estranha, inconveniente, mas aí também ele foi muito cuidadoso, não poderia nem dizer que ele foi... Foi inconveniente, mas não foi desrespeitoso, vamos dizer assim, mas ele percebeu que eu rechacei esse assunto, ele parou o assunto, só fui entender o que ele queria 1 mês depois quando um banqueiro me procurou e disse “Olha, eu estou aqui mandatado por uma pessoa do governo e eu quero dizer que eu vou cuidar das coisas relativas a financiamento de campanha, a reservas, a provisões”, a mesma palavra lá atrás, “A provisões, então eu queria saber se você pode me ajudar nisso”, eu falei “Olha, a presidente Dilma sabe que você está...”, era um lugar público, essa pessoa também era meu conhecido, recebi achando que era um assunto completamente...

**Juiz Federal:-** Desculpe, o que isso tem a ver com o grupo Odebrecht?

**Antônio Palocci Filho:-** Vou chegar lá, só mais uns 30 segundos.

**Juiz Federal:-** Ah, desculpe.

**Antônio Palocci Filho:-** E aí essa pessoa foi direta, eu perguntei “A presidente Dilma sabe que você está aqui?”, ele falou “Não, mas eu estou aqui em nome de uma autoridade do primeiro escalão do governo”, eu pediria ao senhor para não declinar o nome nesse momento, mas se o senhor quiser em sigilo eu lhe falo a hora que o senhor quiser, eu prefiro não dizer porque essa audiência é pública, nem o nome da pessoa também que me procurou, porque não quero

causar mal-estar onde não é necessário, mas fico à disposição de vossa excelência no momento em que o senhor achar adequado, pode ser inclusive depois dessa audiência, em sigilo eu lhe falo o que o senhor quiser. Essa pessoa disse que iria cuidar de recursos, desses recursos, até aí era muito estranho, eu falei “Tudo bem, cuide dos recursos, não sei se você tem essa autorização, não sei como funciona isso”, ele estranhou, ele achou que eu ia dar a ele um monte de dados, de situações, ele estranhou, “Eu não tenho nada pra lhe informar”, aí ele entrou no assunto “Provisões da Odebrecht”, ele falou “Não, pelo que eu sei existe uma provisão da Odebrecht”, voltando àquela história, “E que eu acho que se você falasse com a Odebrecht nós poderíamos capitalizar esses recursos e não sei o que”, eu falei “Olha, acho que quem te informou, informou errado, eu nunca ouvi falar em provisão da Odebrecht, a Odebrecht é uma empresa que contribui, você pode ir no TSE e ver etc., eu não conheço provisão da Odebrecht, mas você é uma grande personalidade do meio financeiro, se você procurar a Odebrecht eles vão te esclarecer isso com facilidade, não precisa de mim, eu não tenho nada a ver com isso, eu não conheço esse assunto”. Bom, esse assunto deu muita cria, inclusive nos assuntos relacionados à lava-jato, mas, de novo, peço licença ao senhor...

**Defesa:-** O senhor tem o direito constitucional de omitir o que o senhor quiser.

**Antônio Palocci Filho:-** Não, eu só quero, peço direito ao senhor de não ficar declinando nomes numa situação que o senhor decide se lhe interessa ou não, e eu me prontifico a lhe falar tudo, todos os nomes e situações, tudo, ou a quem o senhor determinar, ou a quem o senhor determinar, não quero ocupar sua agenda porque acredito que o senhor seja bastante ocupado, porque isso tem desdobramentos importantes, inclusive em relação à Odebrecht.

**Juiz Federal:-** Essa questão... Tem mais questões?

**Defesa:-** Tenho.

**Juiz Federal:-** Não sei se o senhor terminou a sua resposta?

**Antônio Palocci Filho:-** As respostas eu terminei.

**Defesa:-** Ok. O senhor também mencionou aí uma das grandes empresas de comunicação, o senhor pode explicar porque essa referência, o que tem a ver com a Odebrecht?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, não tem a ver com a Odebrecht, na verdade o que eu disse, assim, olhando o cenário de hoje parece que vários governos, não só o governo que eu participei, todos os governos parece que só trabalham em função da empresa Odebrecht, e o que eu procurei demonstrar é que o primeiro problema que tive quando sentei na cadeira de Ministro da Fazenda foi o setor da construção civil, que estava em queda de 7 por cento, num período de crise, então nós fizemos uma legislação específica para o setor de incorporação imobiliária, o senhor sabe que o empresário da construção civil, se eu mostrasse uma nota fiscal pra ele, ele ia perguntar se era de comer ou de beber, até recentemente, o setor de frigorífico e o setor de construção civil...



**Juiz Federal:-** Mas, assim, acho que tem que ficar na questão da Odebrecht.

**Antônio Palocci Filho:-** Eu vou chegar...

**Juiz Federal:-** Objeto desse processo...

**Antônio Palocci Filho:-** Vou chegar lá, só estou fazendo comparativo, então nós fizemos um projeto como fazer para formalizar a construção civil, dar apoio a eles, ao mesmo tempo ter recursos para o governo, eu procurei saber os custos incorridos em sonegação fiscal porque a sonegação era brutal nessa época, e uma consultoria me informou, estudou e me informou que o custo da sonegação nesse setor era de 7 por cento, então nós reduzimos o tributo das obras de construção civil a 7 por cento, de forma que a partir de 2004 só não paga tributos na construção civil quem for sonegador contumaz por doença...

**Juiz Federal:-** Eu vou interromper pelo tamanho do áudio, a gente já volta.

#### **ANTÔNIO PALOCCI FILHO -PARTE 4**

**Juiz Federal:-** Então na continuidade da ação penal 505493288, continuidade do depoimento do senhor Antônio Pallocci Filho. Senhor Antônio, o senhor estava respondendo as perguntas da defesa, essa ação penal, o objeto dela diz respeito ao relacionamento do senhor com a Odebrecht, sei que o senhor tem um histórico como Ministro da Fazenda, sei que o seu período inclusive foi muito elogiado e tal, não estamos discutindo essas questões, ou o que o senhor fez no ramo da construção civil ou o para o ramo de comunicações, ou coisa que o valha, então o que interessa a esse processo é o objeto aqui da acusação, certo? Então, assim, a não ser que essas questões estejam numa ligação com esses fatos...

**Antônio Palocci Filho:-** O senhor é que decide, doutor, eu estou aqui para esclarecer e me defender desse processo, então o senhor que define o ritmo, a forma...

**Juiz Federal:-** É, então, assim, o que não tem a ver com isso aqui no momento não interessa.

**Antônio Palocci Filho:-** Eu vou respeitar a sua decisão, eu pediria...

**Juiz Federal:-** Então, desculpe, tem a pergunta?

**Defesa:-** Essa referência a empresa grande, empresa de comunicação, tem vinculação paralela ou simetria com este caso da...?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, na verdade, doutor, só pra lhe explicar, o que é o cenário que nos permite discutir um assunto de interesse desse processo e de outros, o governo muitas vezes salva empresas, foi assim por exemplo, na crise de 2008 com a Sadia, com a Votorantim, o governo salvou a empresa, se eu falar isso, isso é uma prática normal do governo? Não, são práticas emergenciais que se usa o limite do limite da lei para salvar empregos e para salvar ativos no país, então isso nós fizemos no caso da construção civil reduzindo esse imposto, e

com grandes resultados e com grandes ganhos tributários, de formalização e etc., como lhe contei anteriormente, no caso da Varig, discutimos inclusive à luz do dia com o ministro do Supremo Tribunal Federal sobre como salvar uma empresa de interesse nacional...

**Juiz Federal:-** Mas essa questão não é objeto da acusação.

**Antônio Palocci Filho:-** E... Não, é que eu quero comparar é que nesse mesmo período a Braskem nos procurou para pedir apoio técnico de informação de política econômica, então eu só quero fazer essa comparação, ou seja, se uma empresa pudesse pedir alguma coisa nessa época, uma delas era a Odebrecht, a Braskem tinha um relacionamento muito grande com o governo, e era uma época de crise, que a Braskem estava quase quebrada, o pedido deles foi exclusivamente apoio técnico, o pedido de outras eram grandes recursos, montantes enormes de recursos, mas, como o senhor quer que fique afeto ao assunto do inquérito, vou pedir licença ao meu advogado, com muito respeito e muito tem me apoiado nas últimas décadas, eu vou respeitar a sua decisão.

**Defesa:-** Então, duas perguntas finais, eu pediria que fossem respondidas concisamente, por obséquio, o senhor de qualquer modo solicitou, interferiu ou defendeu interesses da Odebrecht ou da Sete Brasil nesta questão das sondas, o senhor tratou de...?

**Antônio Palocci Filho:-** Olha, aí eu queria...

**Defesa:-** A pergunta é objetiva.

**Antônio Palocci Filho:-** A pergunta é objetiva, eu digo não, mas se o senhor me permite... Não, o senhor vai me dar um tempo no final, é isso?

**Juiz Federal:-** Sim.

**Antônio Palocci Filho:-** Então depois, no final, eu vou esclarecer, mas a resposta é não, absolutamente não.

**Defesa:-** O senhor interferiu, gerenciou ou administrou, ou autorizou, qualquer pagamento a fornecedores de campanha, da campanha presidencial de 2010, no exterior?

**Antônio Palocci Filho:-** Jamais faria isso, eu fui Ministro da Fazenda...

**Defesa:-** A resposta é não?

**Antônio Palocci Filho:-** É absolutamente não.

**Defesa:-** Isso se aplica...

**Antônio Palocci Filho:-** Digo de forma peremptória.

**Defesa:-** Isso se aplica a João Santana e...

**Antônio Palocci Filho:-** Se aplica a João Santana, Mônica Moura ou qualquer fornecedor de qualquer campanha, primeiro que eu nunca tratei de onde seria pago ninguém, ninguém, eu não operava recursos de campanha, então esse assunto nunca apareceu para mim, aonde pagar alguém, segundo que pagar no exterior...

**Defesa:-** Quem decidia como pagar essas despesas de campanha, o senhor sabe?

**Antônio Palocci Filho:-** Normalmente era a empresa e o recebedor, normalmente...

**Defesa:-** Estou satisfeito, Excelência. Muito obrigado.

**Juiz Federal:-** Perfeito. Senhor Palocci, eu vou lhe dar a palavra, então, o senhor tem alguma coisa ainda a declarar?

**Antônio Palocci Filho:-** Quanto tempo o senhor me dar? Assim, eu vou respeitar...

**Juiz Federal:-** Olha, eu peço que...

**Antônio Palocci Filho:-** Eu vou respeitar o seu procedimento...

**Juiz Federal:-** O senhor tem o tempo para o senhor esclarecer, não é o momento de fazer discurso ou coisa parecida.

**Antônio Palocci Filho:-**Tá, se eu estiver fazendo discurso o senhor me corta, por favor.

**Juiz Federal:-** É a oportunidade que o senhor tem de esclarecer os fatos.

**Antônio Palocci Filho:-** Eu tenho vícios na fala.

**Juiz Federal:-** Certo?

**Antônio Palocci Filho:-** Por favor. Eu gostaria, doutor, de dizer brevemente para contextualizar o que trouxe a essas questões aqui, eu gostaria que o senhor entendesse isso como uma contextualização e uma contribuição com a verdade, eu gostaria muito de ser julgado, eu sei que o senhor é um juiz extremamente rígido, mas o senhor é um juiz justo, eu queria muito ter meu julgamento com bases na lei e com bases num critério absolutamente justo, eu sei que o senhor faz isso com maestria, o senhor tem dado uma contribuição ao país na medida em que acelera processos, decide com celeridade, eu acho que isso é digno de nota, agora eu acho muito importante que a decisão seja em cima de fatos justos. Em 2011, eu deixei o governo da presidente Dilma porque disseram que a minha empresa tinha atendido de forma inadequada a empresários e que eu havia enriquecido, e que eu havia comprado um apartamento, etc e etc., foram feitas quatro representações contra mim na Procuradoria Geral da República, os quatro foram arquivados pelo Procurador Geral da República, doutor Gurgel. Nesse mesmo período, o procurador geral da procuradoria geral da república de primeira instância abriu um inquérito em 2011 contra a minha empresa, pediu todos os

meus documentos, todos os meus contratos, todos os pagamentos pra receita federal e receita municipal, e mandou cartas para todos os meus clientes, eu tive um prejuízo extraordinário, porque ao lado disso os jornalistas ligavam para os meus clientes perguntando se a polícia federal já tinha visitado eles, eu tenho emails aí mostrando isso, todos os meus clientes receberam telefonemas perguntando se a polícia federal já tinha visitado eles de manhã, muito cedo, em casa ou no escritório, tive que lidar com isso durante 5 anos, 5 anos. No dia 22 de setembro de 2016, depois de 5 anos, esse processo, esse ICP, inquérito civil público, foi arquivado pela procuradoria geral da república, no dia 22 de setembro de 2016. Nesse mesmo dia, uma coincidência que só os astros podem explicar, a procuradoria geral pede que o senhor determine busca e apreensão na minha empresa, no mesmo dia, depois de 5 anos em que se arquivava e diz “Nada tem nessa empresa”, a procuradoria geral, a mesma procuradoria geral pede busca e apreensão na mesma empresa. Acredito, eu não reclamo da sua decisão, acho que essa decisão, frente ao que lhe foi apresentado, pode até ser razoável, mas eu queria lhe dar esse histórico para ver que alguma coisa está acontecendo na procuradoria geral em relação à avaliação da minha empresa, quer dizer, não sei porque depois de 5 anos foi dito que não tinha irregularidades, a receita federal me investigou e disse que não tinha ilegalidades, a receita municipal me deu uma certidão negativa, e nesse dia, depois de 5 anos, não foi um dia depois, nem um dia antes, foi nesse dia, a mesma procuradoria pede busca e apreensão na minha empresa. Isso na lava-jato, já vinha desde setembro de 2014, em setembro de 2014, Paulo Roberto Costa disse que eu pedi 2 milhões para ele através do senhor Youssef para campanha de Dilma, coincidentemente estava perto da eleição de 2014, isso nunca aconteceu. O próprio Youssef negou categoricamente isso, ainda antes da eleição surge um personagem chamado Fernando Soares, se não me engano, faz uma delação que, assim, ele fala de cinquenta assuntos, eu conheço uns trinta e nesse trinta que eu conheço que eu sei que ele mentiu integralmente, integralmente, então não conheço todos os assuntos que ele tratava, mas mentiu integralmente, e disse que na verdade eu pedi esses 2 milhões para a campanha da presidente Dilma lá no comitê da Dilma, onde ele e o Paulo Roberto Costa foram, a polícia faz uma acareação com o Paulo Roberto, o Paulo Roberto nega esse fato, e Fernando Soares diz que entregou esse recurso a um assessor meu, chamado Charles, o Alberto Youssef vê a foto de Charles, fala “Tem 90 por cento de chance de eu ter entregue 2 milhões para esse menino”, então a polícia federal corretamente faz uma acareação entre Youssef e Charles, Youssef entra na sala, olha e diz “Nunca vi esse moço”. Nesse processo eu estou pedindo para ser ouvido desde 2014, ninguém quer me ouvir, e aí no dia 22 de setembro de 2016, aparece uma coisa nova, com busca e apreensão na minha casa e na minha empresa e com uma acusação, eram três acusações, que eu havia defendido a MP460 e, a partir daí, a Odebrecht tinha me pago valores vultosos, que eu tinha defendido as sondas, que eu tinha defendido, que eu tinha articulado o prédio do Instituto Lula, eu vou deixar o prédio para o próximo processo, que tem um processo próprio, não quero lhe ocupar mais. A MP460 era o principal motivo da minha detenção, eu fui na oitiva com a maior boa vontade e disse ao delegado “Escuta, vocês se equivocaram, vocês fizeram uma investigação completamente equivocada e não de má fé, está escrito lá, não chamei a investigação de má fé, achei de muito boa fé, mas fizeram fixados nos celulares do Marcelo Odebrecht, que são muito, vamos dizer assim, cheios de assuntos e reuniões e tal, então quem pega aquilo acha que descobriu a pólvora através daqueles celulares tão produtivos, e eu falei “Olha, vocês se fixaram tanto no celular, que esqueceram de fazer uma consulta de internet pra ver o que eu votei nesse projeto”, porque eles falam que eu aprovei o

projeto, mas eles não olharam na internet, “Vocês não foram na internet ver o que eu votei”, eles falam que eu aprovei o projeto, eu votei contra, ele falou “Você votou...”, ele ficou muito assustado com o fato “Você votou contra?”, eu falei “Está na internet, se você deixar eu pôr meu dedo aí demora trinta segundos para saber disso”, ele falou “Ah, não, eu não sabia”. Então no dia seguinte a polícia federal e o ministério público informam ao senhor que eu dei uma informação sobre a MP460 no dia seguinte, mas a minha prisão era temporária, eles pedem que a prisão seja transformada em preventiva porque não era possível apurar se eu tinha votado contra essa MP460, era muito pouco tempo pra apurar; eu não quero ser irônico, nem desrespeitoso, mas meu neto faria isso em 2 minutos, eu faria em 4 porque meu neto é mais esperto que eu nesse caso, mas, enfim, não quero ser irônico, nem desrespeitoso, mas dizer que não pode checar um voto em 24 horas?

**Juiz Federal:-** Mas, senhor Palocci, eu entendo as suas divergências em relação a isso, mas, por exemplo, essa questão do processo que foi arquivado da sua empresa, a questão também da MP460, mas a acusação aqui contra o senhor é sobre outros fatos.

**Antônio Palocci Filho:-** Posso falar sobre todos eles.

**Juiz Federal:-** Então, assim, o relevante aqui nesse momento é a respeito dessas acusações.

**Antônio Palocci Filho:-** Em seguida eu ia falar, a minha pretensão foi a MP460, em seguida as sondas, em seguida o prédio do instituto, que eu vou deixar de lado. Sondas, veja, lendo a peça de acusação do ministério público, não tem nenhuma referência de participação minha em relação à licitação das sondas, eu vim pra cá achando até que havia existido alguma contribuição e que se confundiram que eu tinha pedido essa contribuição, depois soube aqui, sentado ali no fundo, que não houve contribuição sobre o projeto, esse projeto e esse estaleiro, não houve, sequer não houve a contribuição, só não foi pra mim como não foi pra ninguém, isso dito pelo sócio Ricardo Pessoa, pelo sócio Marcelo Odebrecht, desse estaleiro, não sei o que diria Léo Pinheiro, mas ele acabou não vindo, quer dizer, foi dito por vários diretores, pelo Pedro Novis, que sentou aqui onde eu estou, e disse que não houve pedido nem pagamento pra mim, que eu não fiz sequer pedido nenhum sobre isso, então, ou seja, eu entendo pouco do jurídico, mas um crime antecedente precisa existir para existir a lavagem de dinheiro, que é o crime seguinte. No crime seguinte, o próprio Marcelo Odebrecht disse aqui, eu vi pela televisão também, que eu nunca pedi caixa 2, eu pedi pagamentos, eu nunca pedi, ele falou a verdade, eu nunca pedi caixa 2, disse que eu sabia, eu ouvi falar mesmo em caixa 2, isso eu não vou negar, em todo lado, em toda campanha, mas que eu não pedi, eu nunca pedi; pagamento no exterior jamais, que é a segunda acusação desse processo, então o que eu quero lhe dizer, doutor Moro, é que a peça lhe induz a erro, quero afirmar isso com toda a franqueza e sabendo da sua rigidez de julgador e da sua seriedade, porque há um erro profundo na acusação porque a acusação básica não existe e a sequente não existe, afirmado não por réus, afirmado por diversos colaboradores da justiça, que se estiverem mentindo aqui precisam todos perder essa colaboração, e mais, tem um dado, assim, que de novo o Google ajudaria, o pagamento das diversas parcelas no exterior para João Santana e Mônica Moura, foi feito 1 ano antes da Odebrecht ter as obras referidas, quer dizer, aqui no caso o crime antecedente aconteceu depois, se houve crime, o suposto crime antecedente aconteceu 1 ano depois, a contratação

foi, eu tenho a data, em 10 de agosto de 2012, os pagamentos são em 19/07/2011, 18/05/2011, 20/09/2011, 31/10/2011, 08/11/2011, todos até maio... Todos até julho de 2012, aliás 1 mês antes, todos 1 mês antes do fato que deveria ser base para uma suposta lavagem de dinheiro, um crime. Então, doutor, eu queria pedir ao senhor pra que atentasse a como essa denúncia foi feita, digo ao senhor, não sou alheio e tudo que fiz na minha vida pública não deixei de cometer erros, não deixei de cometer erros e procurei aqui dizer sobre essa questão de caixa 2, eu não me sinto em condições de falar o que todo mundo está falando, que nada existiu, tudo foi aprovado nos tribunais, não, todo mundo sabe que tem o caixa 2 em todas as campanhas, então eu não vou mentir sobre coisas...

**Juiz Federal:-** Mais alguma questão?

**Antônio Palocci Filho:-** Eu queria, então, portanto, concluir dizendo ao senhor que nunca pedi recursos para empresas enquanto ministro, nunca pedi recursos para sondas, nunca, jamais, aliás, um dado a mais, a Sete Brasil é uma empresa privada, é propriedade de bancos, não sei como um agente público poderia pedir apoio, nunca pedi recursos fora do Brasil e nunca pedi ou operei caixa 2, mas ouvi dizer que existia em todas as campanhas, isso é um fato. Eu encerro aqui e fico à sua disposição hoje e em outros momentos, que todos os nomes e situações que eu optei por não falar aqui por sensibilidade da informação estão à sua disposição o dia que o senhor quiser, e se estiver com a agenda muito ocupada, a pessoa que o senhor determinar eu imediatamente apresento todos esses fatos com nomes, endereços, operações realizadas e coisas que vão ser certamente do interesse da lava-jato, que realiza uma investigação de importância, e acredito que posso dar um caminho talvez que vá lhe dar mais 1 ano de trabalho, mas é um trabalho que faz bem ao Brasil.

**Juiz Federal:-** Senhor Palocci, todos os argumentos que o senhor colocou vão ser considerados, o senhor pode ter certeza que vai ser julgado segundo a lei e segundo as provas, já que o senhor fez esse discurso um pouco mais amplo eu vou tomar a liberdade de repetir duas perguntas ao senhor, perguntas que eu já fiz, aquele encontro em 12 de maio de 2011, segundo o senhor Marcelo Odebrecht, o senhor, o Luciano Coutinho, a presidente Dilma Rouseff, isso é objeto de um e-mail dele que está nos autos, que ele relata esses fatos, no qual teria sido discutido, dentre outros assuntos, a questão das sondas, o senhor recorda ou não recorda desse encontro?

**Antônio Palocci Filho:-** Desse encontro, os dois juntos eu não recordo, eu não sei se eu tratei esse assunto com a presidente Dilma, com alguma...

**Juiz Federal:-** Não, aqui é uma questão bastante específica...

**Antônio Palocci Filho:-** Especificamente isso eu não me recordo, eu procurei, como saiu no jornal 6 meses atrás eu procurei informações na minha agenda, na agenda da presidente, tem uma reunião minha com a presidente mais cedo, e não me recordo dessa reunião, se houver alguma coisa, eu vou, pela sua provocação duplicada eu vou procurar esclarecer isso ainda e me comprometo com o senhor que se eu descobri ou lembrar, descobrir uma situação que comprove essa reunião eu lhe trago pessoalmente isso, eu não tenho...

**Juiz Federal:-** Não, isso o senhor já falou e tal. E, por último, dessa planilha “Posição Programa Especial Italiano” que, segundo lá, diz o senhor Marcelo Odebrecht, é uma referência ao senhor e a pagamentos ao partido dos trabalhadores que o senhor administrava, nada disso aqui corresponde à realidade?

**Antônio Palocci Filho:-** Não, não vou dizer que nada corresponde à realidade, vou dizer que eu jamais orientei pagamentos ou organizei pagamentos, ou operei caixa 2, junto ao Marcelo, jamais isso aconteceu, e digo mais, digo mais, o que eu sabia, porque não lidava com isso, o que eu sabia dos recursos de campanha e de dívidas de campanha com marqueteiros e etc, me parece que esses valores são bem diferentes do que eu tinha de informações.

**Juiz Federal:-** Tá bom, senhor Palocci, podemos então... Só essas duas últimas perguntas que eu gostaria de reiterar ao senhor, mas, perfeito, pode interromper então.

Nada mais havendo a ser transcrito, encerrei o presente termo e certifico que é reprodução fiel do depoimento colhido fonograficamente.

---

Documento eletrônico assinado por **JANAINA ROSALINDA SPADINI SANTOS, Técnica Judiciária**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003307825v2** e do código CRC **fc74ff41**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JANAINA ROSALINDA SPADINI SANTOS

Data e Hora: 05/05/2017 15:35:25

---

**5054932-88.2016.4.04.7000**

**700003307825 .V2 JRS© JRS**